

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2021-2025)

**ATA N.º 3/2024**

**Reunião Ordinária Pública, de 21 de junho de 2024**

**Local:** Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira

**Mesa:**

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

**Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:**

- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS);
- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PSD);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PSD);
- Anaísa Pera Gonçalves (CHEGA);
- António Manuel Almeida Brito (PSD);
- Carlos Filipe Martins de Carvalho (PSD);
- Custódio Henrique Pereira Mestre (PS);
- Elsa Maria Conceição Martins (PS);
- Elsa Maria da Cruz Ribeiro (PSD);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jovita de Fátima Romano Ladeira (PS);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);
- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);

- 
- Muriel Cristina Dias Neto (PSD);
  - Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
  - Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PSD);
  - Sónia Margarida Correia Tomás (PSD);
  - Virgílio António da Horta (PS).



**Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:**

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

**Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:**

- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PSD);
- David Martins (PS);
- Gisela Sofia Viegas (PS);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CHEGA);
- Jorge Eduardo Pereira Cruz (PSD);
- Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe (PSD);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PSD);
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);



--- Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** José Manuel Madeira Guerreiro declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e seis minutos.-----

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores, os deputados municipais, os presidentes de junta de freguesia, o público presente e o que estava a assistir via Redes Sociais, os funcionários da biblioteca, os serviços de apoio ao bom funcionamento da Assembleia Municipal, os técnicos de informática e os de som e imagem.-----

--- Informou que sendo as reuniões dos órgãos autárquicos transmitidas *online*, de acordo com uma recomendação da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) o público presente e os colaboradores do Município a prestar apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal tinham de dar autorização expressa para que a transmissão fosse efetuada. -----

--- Disse que tinham recebido sete (7) pedidos de substituição e que pouco tempo antes da Sessão começar tinha tido conhecimento que a Deputada Municipal do Partido Social Democrata (PSD), Natércia Maria Teixeira Joaquim, não poderia estar presente por doença súbita. Os deputados municipais que tinham solicitado substituição tinham sido: Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, David Martins, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe e Nuno Filipe Gonçalves Diogo. -----

--- Solicitou à **Deputada Municipal Maria Margarida Flores** que procedesse à chamada. -----

**Presenças:** Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Anaísa Pera Gonçalves, Ângelo Filipe Silva Pereira, António Manuel Almeida Brito, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Filipe Martins de Carvalho, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Custódio Henrique Pereira Mestre, Elsa Maria Conceição Martins, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, Jorge Francisco da Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita Fátima Romano Ladeira, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gonçalves Martins Alves, Muriel Cristina Dias Neto, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira, Sónia Margarida Correia Tomás e Virgílio António da Horta.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Segunda-Secretária, Muriel Cristina

Dias Neto, para informar sobre a correspondência recebida desde a última sessão da Assembleia Municipal. -----

--- **A Segunda-Secretária Muriel Cristina Dias Neto** cumprimentou todos e informou os membros da Assembleia Municipal, que nos termos alínea m) do artigo 7º do Regimento, desde a sessão anterior tinha sido recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, a seguinte correspondência: -----

--- «A União das Freguesias de Conceição e Estoi remeteu a Moção CDU: No quinquagésimo aniversário da Revolução - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático;-----

--- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira, remeteu convite para o projeto "No quintal com...- Viagens pelas sonoridades tradicionais e cantigas de Abril", que se realizou no dia 19 de maio;-----

--- O Patinagem Clube de Tavira remeteu convite para o X Torneio Amizade, que se realizou nos dias 25 e 26 de maio;-----

--- A Assembleia Municipal de Portimão remeteu a Moção e Saudação da CDU aprovadas na 2ª Sessão Ordinária de 2024;-----

--- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira remeteu convite para Missa em honra de Nossa Senhora da Visitação, Dia das Misericórdias Portuguesas, que se realizou no dia 31 de maio;-----

--- A Academia Sénior de Música remeteu convite para o almoço de fim de ano, que se realizou no dia 7 de junho de 2024;-----

--- A Associação Planeamento da Família remeteu convite para a Reunião da Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos do Algarve, que se realizou no dia 5 de junho;-----

--- A Casa do Benfica de Tavira remeteu convite para o Jantar 30º Aniversário Casa do Benfica de Tavira, que se realizou no dia 14 de junho;-----

--- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira remeteu convite para o Concerto "No Quintal com Ritmo Fole", que se realizou no dia 10 de Junho;-----

--- O Clube Recreio e Desporto Santaluziense remeteu convite para XXXIII Maratona de Futsal 2024, que se realizou nos dias 8 e 9 de junho;-----

--- A Associação Ecotopia Activa remeteu a Apresentação de Curta-Metragem Documental - 'DEIXA ARDER', que foi apresentada no dia 15 de junho;-----

--- A União das Freguesias de Conceição e Cabanas remeteu convite para a 28ª FACARTE - Feira de Agricultura, Caça e Artesanato, que se realizará nos dias 2, 3 e 4 de agosto;-----

--- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira remeteu convite para o Arraial de S. João, que se realizou no dia 20 de junho;-----

--- O Clube de Vela de Tavira remeteu convite para 1º Triatlo Sprint Cidade de Tavira, que se realizará no dia 30 de junho;-----



--- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. remeteu convite para o Programa Regional Algarve 2030 Promove Dias Abertos a Projetos Financiados pelos Fundos Europeus na Região, que se realizou no dia 18 de junho; -----

--- A Al-Bio - Associação Agroecológica do Algarve remeteu convite para a sessão pública Melhorias na Eficiência Hídrica, que se realizará no dia 22 de junho;-----

--- O Deputado Municipal Jorge Eduardo Pereira Cruz solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 21 de junho de 2024;-----

--- O Deputado Municipal Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 21 de junho de 2024;-----

--- O Deputado Municipal David Martins solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 21 de junho de 2024;-----

--- O Deputado Municipal Nuno Filipe Gonçalo Diogo solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 21 de junho de 2024;-----

--- O Deputado Municipal Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 21 de junho de 2024;-----

--- A Deputada Municipal Gisela Sofia Viegas solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 21 de junho de 2024;-----

--- A Deputada Municipal Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 21 de junho de 2024;-----

--- O Partido Socialista remeteu um Voto de Pesar de Júlio António Correia.» -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que pretendia referenciar que existiam muitos convites dirigidos à Assembleia Municipal ou ao seu Presidente, sendo que daqueles que não fossem diretamente endereçados ao Presidente da Assembleia Municipal, era dado conhecimento a todos os deputados municipais.-----

--- Informou sobre o modo como a Assembleia Municipal iria decorrer. No período Antes da Ordem do Dia iriam ter a apresentação de um Voto de Pesar, a intervenção das senhoras e senhores deputados municipais sobre assuntos que não fizessem parte da Ordem do Dia, seguindo-se a Ordem do Dia, e posteriormente a intervenção do público. -----

--- Alertou o público que pretendesse intervir que poderia fazê-lo sendo que para tal teria que se inscrever até ao final do período Antes da Ordem do Dia. Lembrou que não poderiam ser abordados assuntos que integrassem a Ordem do Dia e que as intervenções não poderiam ter uma duração superior a três (3) minutos.-----

--- O ponto número sete (7) referia-se à Proposta 157/2024/CM que versava sobre a atribuição de medalhas municipais de mérito e bons serviços e dedicação, que era o penúltimo ponto da Ordem

do Dia. Assim, como se tratava de pessoas singulares, a votação seria secreta sendo seguida do apuramento dos resultados. Como certamente iria demorar algum tempo e dado que as propostas não eram muitas, pedia ao secretariado, se os deputados municipais concordassem, que se distribuísse os boletins de voto para que ao chegarem àquele ponto, praticamente já tivessem tudo decidido. -----

--- Pretendia também facilitar o trabalho da Mesa da Assembleia Municipal pelo que agradecia que lhe dessem autorização para que os boletins de voto fossem distribuídos antes de entrarem naquele ponto da Ordem do Dia.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** cumprimentou o Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal, os membros do Executivo Municipal, os membros da Assembleia Municipal e o público que assistia àquela Sessão.-----

--- Disse que a Bancada do Partido Socialista (PS) concordava com a proposta, no entanto queriam apresentar uma proposta alternativa. Se não houvesse qualquer impedimento, propunham trocar a ordem dos pontos da Ordem do Dia de modo que a Presidente da Câmara Municipal procedesse à apresentação da proposta ficando os deputados municipais com os boletins de voto e entregando-os logo que possível para que a contagem ficasse concluída antes de encerrarem os trabalhos.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu supor que ninguém se opunha, pelo que quando entrassem na Ordem do Dia pediria à Presidente da Câmara Municipal que procedesse à apresentação da proposta.-----

--- Informou que tinham recebido por parte da Bancada do PS um Voto de Pesar, pelo que pedia ao Líder de Bancada que indicasse quem iria apresentá-lo.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** informou que seria apresentado pelo Presidente da Junta de União de Freguesias de Tavira, José Mateus Costa, que procedeu à leitura do Voto de Pesar:

--- **«VOTO DE PESAR A JÚLIO ANTÓNIO CORREIA»**-----

--- *Júlio Correia nasceu a 05 de setembro de 1922 em Lisboa e faleceu no dia 28 maio de 2024 em Tavira, aos 101 anos de idade, tendo dividido a sua longa existência entre as artes de sapateiro, a música e a poesia.*-----

--- *Aos onze anos, depois de frequentar a instrução primária, começou a dar os primeiros passos a nível profissional. Foi entre as pancadas suaves nos sapatos e um cantar animado, que sempre acompanhava a sua tarefa, que o Maestro da Banda Musical de Tavira o convidou para ingressar no mundo da música. Flautim, saxofone, soprano e tenor foram os vários instrumentos que tocou. De aprendiz, fez-se músico, chegando a ser, durante dois anos, regente da Banda Musical de Tavira, onde esteve cerca de vinte anos.*-----

--- Paralelamente, integrou a Orquestra de Jazz Tavirense, tempos antes de fundar o grupo de baile "Terpsicor". Fundou ainda os grupos "Euterpe" (musa da música) e "Balsínia".-----

--- Além destes grupos musicais fez parte, durante cerca de dez anos, juntamente com os seus filhos, do grupo "Os Únicos".-----

--- No princípio dos anos 80, foi regente do Grupo Coral de Vila Real de Santo António, para além de ter pertencido à Sociedade Orfeónica de Tavira, no papel de músico e ensaiador. Há cerca de vinte anos, fundou a Escola de Música de Acordeão de Tavira e entre 1990 e 1995, foi ensaiador e fez arranjos musicais para os festivais de música, promovidos pela Delegação de Tavira da Unicef.

Participou, diversas vezes, nas marchas de São João, como músico e compositor. No entanto, foi às charolas que mais tempo dedicou, onde durante 55 anos ensaiou e compôs.-----

--- A poesia também ocupou um lugar de destaque no percurso deste homem. Os jogos de palavras, as quadras e rimas fizeram parte da alma de artista de Júlio António Correia.-----

--- Em 2003, o Município de Tavira distinguiu Júlio António Correia com a Medalha Municipal de Mérito – Grau Cobre, reconhecendo a sua dedicação à causa pública e ao bem comum, o espírito altruísta e empenho na preservação e valorização do património cultural imaterial, algo que continuou a praticar sem descanso transmitindo às novas gerações o gosto pela música e tradições e coligindo um precioso espólio documental com as "Pautas Musicais dos Ranchos Folclóricos de Tavira", que integra o património municipal desde 2021.-----

--- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 21 de junho de 2024, delibera: ---

--- Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Júlio António Correia.-----

--- Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada e à Banda Musical de Tavira, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.»-----

--- A **Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, os presidentes de Junta de Freguesia, os deputados municipais, público presente e o que os estavam a ouvir em casa.-----

--- Mencionou que não podiam deixar de dizer que gostariam de se associar àquele Voto de Pesar porque o senhor Júlio era uma pessoa carismática da cidade e conhecido por todos, sendo que, pelo menos ela própria o conhecia desde a sua infância, querendo por isso, em nome da Bancada do PSD se associarem àquele Voto de Pesar.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **VOTO DE PESAR A JÚLIO ANTÓNIO CORREIA**, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa à presente Ata como documento número um.-----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco disse que gostava de saber o que, presentemente, estava em causa, o que faltava para a abertura do CineTeatro António Pinheiro.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Presidente e secretárias da Mesa da Assembleia Municipal, os deputados municipais, presidentes de junta de freguesia, público presente e a assistir em casa. -----

--- Respondeu que faltavam resolver várias questões para que o CineTeatro abrisse e que presentemente estavam a ser realizados os testes dos equipamentos. O CineTeatro tinha no seu interior um posto de transformação, pelo que tinha sido necessário proceder à sua certificação, o que tinha implicado a ISQ e a receção pela E-REDES, cujo processo tinha demorado cerca de dois meses. Posteriormente tinham iniciado a ligação dos equipamentos à eletricidade que até então não estava certificada. -----

--- Presentemente estavam a desenvolver os testes de mecânica de cena, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) bem como a todos os equipamentos existentes que necessitavam de eletricidade, que uma vez terminados, o empreiteiro teria de testar juntamente com os técnicos da Câmara Municipal, dar alguma formação e fornecer as fichas técnicas dos equipamentos. Concluída aquela fase tinham de ser instalados os equipamentos adquiridos também no âmbito de um financiamento, nomeadamente, luz, som, sistemas e outros, que também tinham que ser testados. -----

--- Ultrapassadas aquelas questões teria que haver lugar a uma vistoria da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) seguida da vistoria da Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC). -----

--- Temendo que, pelo exposto, ainda faltasse algum tempo, depois de tudo o que ainda tinha que ser efetuado, o CineTeatro estaria em condições de ser aberto e ter público no seu interior. ---

--- **O Deputado Municipal José Mateus**, Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, cumprimentou todos e referiu que a sua intervenção tinha como objetivo parabenizar a Presidente da Câmara Municipal, os vereadores e Departamento de Obras, nomeadamente Obras Municipais, pelo grande esforço e excelente trabalho que tinham executado quanto à requalificação da Rua do Cais que considerava estar verdadeiramente espetacular sendo que apenas não concordaria com ele quem não gostasse de Tavira. Reiterou que a Rua estava espetacular tal como o eram os candeeiros que ali tinham sido colocados que eram iguais aos da Rua José Pires Padinha, candeeiros modernos e completamente enquadrados. -----

--- Acrescentou que os candeeiros do Jardim Público também estavam completamente enquadrados e que além da sua função principal, que era iluminar, tinham ainda, o que certamente muitos desconheciam, a funcionalidade de terem Wi-Fi, e estarem ainda preparados com colunas de som para música ambiente ou transmissão de uma mensagem de emergência.



Como certamente alguns se recordariam, a funcionalidade das colunas nos candeeiros substituíra umas colunas enormes penduradas com corda que tinham estado anteriormente no Jardim.-----

--- Referiu ainda que as pessoas que nas Redes Sociais teciam comentários negativos a respeito dos candeeiros, dizendo serem feios e fazendo variados comentários pejorativos, deveriam de ficar pasmadas com o que ele próprio tinha tomado conhecimento e que se prendia com o facto de na Praça do Comércio em Lisboa, um local emblemático da capital de Portugal, terem sido colocados candeeiros exatamente iguais aos da Rua José Pires Padinha e Rua do Cais, sendo que no Terreiro do Paço, outro local emblemático de Lisboa, tinham sido colocados candeeiros exatamente iguais aos do Jardim de Tavira e que considerava que estavam muitíssimo bem enquadrados.-----

--- Certamente que existiam gostos para tudo mas considerava que relativamente àquela matéria poderia citar a história que ouvia contar quando era miúdo com cerca de seis, sete anos, que estava muito atual e que todos conheciam, o velho, o moço e o lobo.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Margarida Baião** reiterando os cumprimentos dados pela colega de Bancada Ana Rita Pacheco pedia à Presidente da Câmara Municipal que, se fosse possível, esclarecesse e informasse os tavirenses se o Parque de Campismo iria realmente abrir ou não, no corrente ano. Acrescentou que várias pessoas a tinham questionado e que tinha respondido desconhecer a situação com o concessionário, com a Câmara Municipal, mas que iria colocar a questão em Assembleia Municipal.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que primeiramente pretendia responder ao Deputado Municipal José Mateus fazendo, tal como ele, uma referência muito importante, aos técnicos municipais e nomeadamente os técnicos da Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais (DPEOM) e à questão das Redes Sociais onde as pessoas criticavam negativamente os projetos ou até mesmo um sinal de trânsito que desconheciam existir embora constasse no Código da Estrada, emitido um chorrilho de disparates aos políticos. Relativamente a ela própria, já estava habituada, já tinha a sua carapaça. Quanto aos vereadores tinham tido de a criar e já estavam habituados pois sabiam que tal acontecia quando desempenhavam um cargo político, que as pessoas gostavam de generalizar pelo que *“esperavam o melhor, preparando-se para o pior”*. Todavia, considerava que todos deveriam de perceber que quem tomava aquelas decisões e apresentava os projetos eram os técnicos municipais, que *“vestiam a camisola”*, que tinham trabalhado para elaborar os projetos sendo que o projeto referido pelo Deputado Municipal José Mateus tinha sido elaborado por uma arquiteta paisagista do Município de Tavira, com especialidades elaboradas por técnicos do Município de Tavira, pelo que todos se teriam que interrogar como ficariam aqueles técnicos que tinham trabalhado, dado tudo, quando as pessoas,



por desconhecimento, resolviam ofender de forma gratuita tudo o que era realizado valorizando muito pouco o trabalho efetuado. -----

--- Assim, queria deixar ali uma palavra de apreço, de agradecimento a todos os trabalhadores do Município de Tavira que “*vestiam a camisola*”, naquele caso concreto, a sua solidariedade e gratidão para com a DPEOM, mas também a todos os restantes porque o sinal de trânsito era competência da Divisão de Mobilidade (DM) e existia um conjunto de funcionários do Município que estavam a trabalhar para montar as festas de São João. Como costumava dizer ninguém fazia nada sozinho, pelo que os funcionários eram muito importantes e só com eles era possível trabalharem para todos os tavirenses. Reiterava a sua profunda gratidão a todos aqueles que “*vestiam a camisola*”. -----

--- Quanto ao Parque de Campismo da Ilha de Tavira, de facto a ideia era abrirem para a época balnear do corrente ano, o que até constava no Caderno de Encargos, todavia a concessão tinha atrasado, tinha havido dois concorrentes e o concorrente que tinha ficado em segundo lugar tinha apresentado uma reclamação e todo o processo tinha tido que ser apresentado em Reunião de Câmara o que tinha feito com que este protelasse um pouco. -----

--- Tinham assinado o contrato no dia sete de maio sendo que o concessionário que tinha ficado em primeiro lugar tinha vinte (20) dias para proceder à preparação para a abertura do Parque. Todavia após a assinatura do contrato tinha solicitado uma reunião com a Presidente da Câmara, onde a Vereadora Sónia Pires também tinha estado presente, e informado que o Parque de Campismo estava em algum mau estado, que ele já o tinha visitado, e considerava ser muito difícil a sua abertura acontecer no dia um de junho, mas que, como era óbvio, iriam trabalhar para que tal se verificasse. Tinha informado que tinha mandado elaborar uns relatórios técnicos, nomeadamente, na área dos incêndios, medidas de autoproteção e higiene e segurança, estando a aguardar a sua receção. -----

--- Passado cerca de uma semana, uma semana e meia, daquela reunião e tendo rececionado os relatórios, tinha remetido uma exposição a dizer que face ao estado que constava nos mesmos, considerava não existirem condições para que o Parque de Campismo abrisse na presente época balnear tendo manifestado o desejo de que o investimento que estava previsto nos primeiros sete (7) anos, fosse efetuado naquela fase inicial, abrindo posteriormente com todas as benfeitorias que pretendia realizar. -----

--- Obviamente que aquela questão tinha suscitado dúvidas tendo o processo passado à parte jurídica, administrativa. Tinham solicitado pareceres aos técnicos da Câmara Municipal, mas também ao Gabinete de Advogados que prestava apoio jurídico ao Município. O advogado que prestava serviço ao Município tinha-se manifestado no sentido de considerar não existirem



motivos para a suspensão do contrato, em bom rigor, para considerarem a existência de incumprimento, pois no contrato era referido que o Parque de Campismo teria que abrir com todas as condições, o que não iria acontecer, pelo que os motivos do concessionário eram atendíveis.-----

---Tendo ponderado uma abertura parcial com serviços reduzidos, a pedido da Câmara Municipal, o concessionário tinha remetido a listagem de todos os trabalhos imprescindíveis e necessários e, posteriormente, um cronograma dos trabalhos necessários para a abertura e, de facto, muitas das estruturas que consideravam essenciais para o funcionamento do Parque de Campismo, o supermercado e o bar, não podiam funcionar pois devido ao vendaval que tinha ocorrido em outubro do ano anterior, tinham ficado bastante deterioradas. O cronograma de trabalhos extravasava o que consideravam razoável para a abertura do Parque de Campismo, pelo que não seria possível no mês de junho, mas tinham acalentado ainda a esperança que pudesse acontecer, talvez, na segunda quinzena do mês de julho. -----

--- Concluiu, todavia, dizendo que após todos os pareceres, os trabalhos a realizar, tinham entendido que provavelmente não existiriam condições e, portanto, o Parque de Campismo não iria abrir no corrente ano. Iriam considerar os motivos apresentados atendíveis e que, realmente, o cronograma de trabalhos apresentado era essencial para que a abertura do Parque de Campismo ocorresse em condições, e que não eram, de facto, possíveis realizar num período de tempo tão curto.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que naquele dia se celebrava o Dia Europeu da Música e o Dia Mundial da Música cuja iniciativa já contava com cerca de quarenta (40) anos e que pretendia não apenas festejar a música enquanto arte, mas também celebrar o Solstício de Verão que se celebrava naquele dia, 21 de junho.-----

--- Queria ali assinalar aquela data porque, naquele mesmo momento estava a atuar em Tavira, na Igreja do Carmo, a Orquestra do Algarve que, infelizmente, pelos compromissos que tinham, não podiam estar presentes, todavia certamente que iria ser um concerto brilhante da Orquestra, que era do Algarve, pelo que pretendia felicitar a Câmara Municipal por todo o apoio que tinha vindo a prestar, ao longo dos anos, à Orquestra do Algarve.-----

--- Pretendia também felicitar as escolas de música do concelho de Tavira que estavam a encerrar os seus anos letivos e que estavam a apresentar o resultado do trabalho desenvolvido ao longo do ano com os seus alunos e congratular-se pessoalmente, e em nome da Bancada do PS por Tavira, por Tavira ao longo dos anos ter mantido uma programação musical equilibrada proporcionando espaços de apresentação para os músicos formados em Tavira mas também dando a conhecer grandes valores internacionais e principalmente nacionais. -----

--- Terminou dizendo que preferia ver o “*copo meio cheio*” pelo que pretendia sinalizar que já tinha faltado mais tempo para a inauguração do CineTeatro António Pinheiro. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** cumprimentou a Mesa, o Executivo e todos os que os seguiam de uma forma calma e interessada, sobre o que se passava no concelho, mas também na região. Cumprimentou os restantes colegas de bancada dos diferentes partidos políticos com assento naquela Assembleia Municipal. -----

--- Disse que a Bancada do PS da Assembleia Municipal pretendia congratular-se por finalmente ter sido aprovado o fim das portagens na Via do Infante. Sublinhavam a importância histórica daquela votação que tinha ocorrido no passado dia 02 de maio e que culminava um longo processo de luta que era conhecido por todos, que tinha unido a região do Algarve, os seus autarcas, associações empresariais e sindicais e os movimentos sociais. Tal acontecia desde 2011 quando, injusta e erradamente, tinham sido implementadas as portagens na Via do Infante. -----

--- Tratava-se de uma reivindicação antiga, sendo verdade que o resultado tinha sido mais moroso do que o exigido pelos algarvios, contudo no presente tinham condições para além da redução de sessenta e cinco por cento (65%), alcançada nos últimos anos pelos sucessivos descontos implementados pelo Governo do PS de, finalmente, serem eliminadas as portagens na A22, ou seja, na Via do Infante. -----

--- A Via do Infante era fundamental para o desenvolvimento regional por não existirem vias de qualidade alternativas e por um imperativo de justiça social. Aquela medida, de acabar com as portagens na Via do Infante tinha um impacto muito positivo para a região do Algarve, para as suas empresas, mas também para a economia familiar, para todos. O PS tinha assumido o compromisso de reduzir os custos da Via do Infante, e tinha cumprido, sendo que posteriormente tinha prometido a sua abolição e também tinha cumprido. Assim, a bancada do PS não podia deixar de assinalar o longo caminho e processo de discussão que parecia apontar para um amplo consenso partidário para o fim das portagens, no entanto, os deputados do PSD, incluindo os eleitos pelo Algarve, sendo que um dos deputados estava ali presente, tinham votado contra o fim das portagens na Via do Infante deixando assim bem claro que nunca tinha sido aquela a sua verdadeira intenção. O papel de cada um naquela decisão tinha ficado bem claro. -----

--- Terminou dizendo que o PS e os seus deputados tinham honrado a sua palavra e o compromisso que tinham assumido com os algarvios, sendo que esperavam que o fim das portagens na Via do Infante fosse implementado em janeiro de 2025 juntamente com o orçamento. -----

--- **O Deputado Municipal José Mateus** disse que a sua intervenção era no âmbito da que tinha realizado anteriormente sendo que tinha ali recebido um telefonema de um amigo que lhe tinha



frisado que não tinha votado no PS, Fernando Cardoso, que lhe tinha pedido para parabenizar a Presidente da Câmara Municipal pela intervenção realizada quer na Rua do Cais como a instalação daquele tipo de tendas, a feira, o baile, pois estava tudo perfeito, fantástico. Assim, estava a transmitir as felicitações à Presidente da Câmara Municipal, mas também a Tavira.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que era bom que a Via do Infante não fosse paga e que considerava bem que tenha sido quem tinha implementado as portagens que as tivesse retirado, lamentando apenas todos os anos que tinham tido de pagar. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Margarida Baioa** disse que estando no final do ano letivo não podia deixar de agradecer o trabalho realizado pelos professores do concelho “*por amor à camisola*”, que não tinham tido o devido reconhecimento por parte do anterior Governo e que finalmente iriam ver uma parte daquele trabalho reconhecida. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que apenas pretendia esclarecer o Deputado Municipal Jorge Corvo que na verdade em 2011, Pedro Passos Coelho enquanto Líder do PSD, tinha afirmado em 26 de maio, que o PSD apenas tinha uma posição relativamente às SCUT, que todas deviam de ser portajadas e que, inclusivamente o PSD apenas tinha uma posição, não duas ou três. À data o Líder Parlamentar do PSD era o Deputado Luís Montenegro que, presentemente era o Primeiro-ministro, e que também tinha afirmado que seria útil que rapidamente se criassem condições para que as portagens fossem instaladas e que se terminasse com aquela situação em que os custos estavam a ser imputados ao país inteiro. Portanto, tinham de perceber, clarificar, quem estava a favor e contra as portagens. Acrescentou ainda que pensava que as portagens tinham sido introduzidas pelo Governo de Pedro Passos Coelho no final do ano de 2011 que tinham votado contra a proposta do PS, numa altura em que o Primeiro-ministro era José Sócrates o Líder do PSD tinha recusado a proposta por ele apresentada para isentar o pagamento das portagens nas Ex SCUT aos residentes ou às empresas registadas na região sendo que, no discurso que Pedro Passos Coelho tinha feito, tinha afirmado que não aceitava a proposta apresentada pelo Primeiro-ministro. -----

--- Considerava que se tratava de opções políticas cujas posições tinham de aceitar. -----

--- Naquela altura o PSD tinha deputados do Algarve que tinham tido que votar, devido à disciplina de voto, mas, nomeadamente o Deputado Mendes Bota tinha efetuado uma Declaração de Voto em que tinha justificado a razão do seu voto, no entanto, no Algarve sempre tinha lutado para que as portagens não fossem introduzidas. -----

--- Acrescentou que pretendia deixar bem claro que cada um tinha as suas opções políticas sendo que uma das opções do PS era de que não deveria de haver portagens. Todavia, anteriormente, devido ao Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e um conjunto de situações financeiras,

tinha havido necessidade de introduzir as portagens, mas tinham proposto ao PSD, Pedro Passos Coelho e Luís Montenegro que as pessoas e empresas residentes na área não pagassem portagens, o que não tinha sido aceite. -----

--- Terminou dizendo que cada um assumia as suas responsabilidades, mas queriam deixar bem claro que o PS tinha prometido reduzir as portagens e tinha-as reduzido ao longo dos oito (8) anos e que em 2011, com o Governo PSD/CDS atravessar a Via do Infante de uma ponta à outra tinha um custo de onze euros e sessenta cêntimos (€ 11,60) e que a 01 de janeiro de 2024, custavam quatro euros e sessenta e cinco cêntimos (€ 4,65) sendo que em janeiro de 2025 não iria ter qualquer custo. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que gostava de responder à Deputada Municipal Jovita Ladeira que se referia ao Deputado Dinis Faísca. No último Governo do PS, o partido pela Deputada Municipal representado, tinha votado muitas vezes contra a abolição das portagens, porém tinha efetuado uma promessa de Campanha Eleitoral quanto à abolição das mesmas. -----

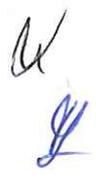
--- Também pretendia lembrar, uma vez que a Deputada Municipal Jovita Ladeira gostava de abordar temas regionais, nacionais, que um dos temas muito debatidos no anterior Governo do PS, tinha sido a criação no pacote "*Mais Habitação*" de uma contribuição extraordinária para o Alojamento Local, que consistia em uma fonte de rendimento de muitos algarvios e tavienses. Com o atual Governo tinha sido aprovada na Assembleia da República uma autorização legislativa no sentido de revogar aquela contribuição extraordinária sobre o Alojamento Local bem como o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) sobre o Alojamento Local. -----

--- Terminou dizendo que a proposta tinha sido aprovada com os votos a favor do PSD, Partido Popular (CDS), Iniciativa Liberal (IL) Partido Chega e Pessoas-Animais-Natureza (PAN) sendo curioso que o PS tivesse votado contra e que o Deputado, também taviense, que integrava a bancada, também tivesse votado contra. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que o direito de resposta permitia apenas três (3) minutos de intervenção. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que notava que a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco tinha ficado incomodada com o tema das portagens, mas reiterava que se tratava de posições políticas sendo que cada qual assumia as consequências das opções que tomava. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, a Mesa da Assembleia Municipal, os colegas deputados municipais e as pessoas que estavam a assistir. -----



--- Pediu desculpa, mas questionava se se teria engado e em vez de estar na Assembleia Municipal, estaria na Assembleia da República. O que lhe interessava era discutir o preço das SCUT, das águas que estavam concessionadas, das estradas que necessitavam de ser arrançadas, dos problemas do concelho, pois se fossem para ali discutir problemas nacionais, talvez fosse melhor irem para a Assembleia da República. Pedia imensa desculpa, mas pensava que os seus colegas estavam algo enganados já que tinham sido eleitos para a Assembleia Municipal. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que não estavam na Assembleia da República, mas numa Assembleia Municipal onde estavam também membros da Assembleia Intermunicipal, o assunto ali tratado pela Deputada Municipal Jovita Ladeira era de suprema importância para toda a Região e também para o Concelho de Tavira. -----

--- O Concelho de Tavira era um dos concelhos que era mais penalizado pela dificuldade em possuírem alternativas à Via do Infante. Há muito que defendiam naquela Assembleia Municipal, de forma unânime, entre todos os grupos parlamentares, quer a sua redução, quer a sua abolição.

--- Desde 2008 que integrava o *“Movimento Algarve sem portagens”* que lutava para que o Algarve voltasse a ser uma Região livre de portagens pelo qual tinha sido várias vezes criticado, inclusivamente pelos próprios membros do PS, pois parecia que estava a atacar os membros do Governo do PS. Pensava que todo o trabalho de sensibilização que fizessem, fosse de que Partido fosse o Governo, no sentido de melhorar as infraestruturas da Região, eliminar fatores secundários que eram motivo de menos-valia e que causavam prejuízo ao dinamismo socioeconómico da região eram assuntos que mereciam toda a unanimidade sendo por aquela razão que se tinham de congratular por as portagens virem a ser extintas no final do corrente ano. A Deputada Municipal Jovita Ladeira não tinha referido, mas naquele mesmo dia, tinha sido efetuada a votação final, global, da proposta apresentada pelo PS, que iria para promulgação do Presidente da República e entraria em vigor a 1 de janeiro de 2025. Porém, existiam outras questões na região, outras lutas, que não tinham abandonado independentemente de qual fosse o Partido que estivesse em Lisboa. -----

--- Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Dias, disse que continuariam a tratar naquela Assembleia Municipal assuntos que tivessem interesse para a região e para o Município de Tavira. -----

--- Terminou dizendo que gostaria que o trabalho que estava presentemente a ser efetuado e que seria inaugurado pelo presente Governo dentro de alguns meses, a requalificação da linha ferroviária do Algarve, entre Tunes e Lagos e Faro e Vila Real de Santo António, continuasse e, esperava, que os oito milhões e quinhentos mil euros (€ 8.500.000,00) que tinham sido reservados com autorização legislativa para requalificar a ponte sobre o Rio Gilão de modo a que

o Pendular pudesse chegar a Vila Real de Santo António, também fossem cumpridos e que todo o trabalho realizado na Região até ao momento para que houvesse um hospital de acordo com as necessidades da região, não parasse, sendo certamente o que todos esperavam quer fosse na Assembleia Municipal, quer fosse na Assembleia Intermunicipal, onde ele próprio, e os deputados municipais, Jorge Corvo, Ana Rita Pacheco e Margarida Flores continuariam a defender. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** respondendo ao Deputado Municipal José Graça, disse que não tinha dito que não era importante debaterem aqueles assuntos, contudo considerava que estavam numa tentativa de apoderamento de uma medida já com decisão própria e que iria ser resolvida no corrente ano. -----

--- O que ali tinha assistido tinha sido uma troca de galhardetes para ver quem tinha mais vantagem com a aprovação da medida. Sendo certo que era essencial para a zona tal como muitos outros temas, entendia que não deviam de perder quarenta (40) minutos de uma Assembleia Municipal com um assunto que já estava resolvido. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não existirem mais intervenções, disse que iria passar ao ponto das informações, pedindo à Presidente da Câmara Municipal que prestasse a informação sobre a atividade municipal desde a Assembleia Municipal anterior até à que se estava a realizar. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que tinham tido as habituais exposições, não havendo novidades, sendo as mesmas que já estavam patentes e tinha informado na Assembleia Municipal do mês de abril. A *"Balsa – Cidade Romana"* que estava no Museu Municipal e recomendava a quem ainda não tivesse visto, a exposição que estava patente no Quartel da Atalaia *"25 de abril de 1974. Quinta Feira"* de Alfredo Cunha que eram as fotografias do Dia 25 de Abril que já tinha recomendado e voltava a fazê-lo. -----

--- Relativamente às atividades na área da Cultura tinham-se realizado bastantes. Tinha retomado as *"Mostras de Artesanato"* com as associações de artesanato, Associação de Artes e Sabores de Tavira (ASTA), Associação Albacora e Associação Almadrava. -----

--- Na Biblioteca Municipal também tinha acontecido a rúbrica do *"Encontro com autores"*. -----

--- Destacava também uma atividade em que costumavam ter muito público e era organizada pelo Município, *"Passeios na História de Tavira"* e os vários encontros no âmbito da atividade da Biblioteca Municipal. As fotos que estavam destacadas na apresentação referiam-se à *performance* pelo ator taviense, Vítor Correia, *"O que fica de Nós"* cujo espetáculo tinha integrado a exposição da *"Balsa – Cidade Romana"*. -----

--- No Dia Internacional dos Museus que também tinham comemorado com a *performance* que tinha referido, tinham tido visitas guiadas pela Arquiteta Célia Anica que tinha musealizado a

exposição de *“Balsa – Cidade Romana”*, e várias atividades realizadas pelas associações tavienses, nomeadamente a Academia de Música que tinha realizado o espetáculo de dança. -----

--- Destacava também a Música nas Igrejas e ainda a Misericórdia que tinha uma atividade bastante grande na Casa do Despacho que era um espaço cultural que complementava a atividade do Município.-----

--- Como tinha dito, os eventos eram bastantes pelo que realçava os diálogos na Biblioteca Municipal e sobretudo o *“Diálogos da Liberdade”* com Nuno Severiano Teixeira e com a Maria Flor Pedroso que tinha sido muito interessante e que iria ter continuidade, decorrendo ao longo de todo o ano como também uma das formas de comemorar os cinquenta (50) anos do 25 de Abril. --

--- Tinha-se realizado o *“Equinócios”* com muitas atividades de várias associações. Como sabiam, o *“Equinócios”* substituíu o anterior programa *“Viva a Primavera”* porque tinham estendido o programa não apenas à programação cultural no equinócio da primavera, mas também no do outono. Tinham vindo a acontecer várias atividades culturais que estavam elencadas na apresentação e que tinham sido de grande qualidade, tendo havido bastante aderência ao programa, muitas candidaturas que até tinham extravasado bastante o valor financeiro que estava estipulado acabando por ser um investimento de noventa e três mil euros (€ 93.000,00) para que houvesse atividade cultural todo o ano em parceria com as associações de Tavira, a quem agradecia a disponibilidade e todo o esforço para que aquela atividade cultural, regular e muito interessante, fosse mantida.-----

--- Relativamente ao desporto também tinham tido bastante atividade, destacava obviamente para além do programa da atividade física *“Todos a caminhar sob as estrelas”* que acontecia à quarta-feira à noite, os *“5.º Jogos ANDDI Portugal – Tavira 2024”* que se tratava de jogos com jovens com deficiência intelectual, tendo o Município acolhido aquele campeonato com muita honra. O projeto tinha-se iniciado com o Torneio Andebol Adaptado que o Município realizava, tendo sido lançado o desafio de organizar os *“5.º Jogos ANDDI Portugal”* que tinha corrido muito bem e sido um gosto receber no Concelho os participantes. -----

--- A *“Gala do Desporto 2024”* em que tinham homenageado e premiado o mérito dos atletas tavienses, dos clubes, dos treinadores e dos dirigentes associativos. Tinha sido uma noite muito interessante sendo que tinham retomado a Gala após dois (2) anos de pandemia e sem ter acontecido no ano transato. Tinham conseguido realizar a Gala naquela noite e em tempo recorde, o reconhecimento do mérito de todos aqueles anos, e pretendiam continuar a realizar aquele evento. -----

--- Destacava ainda a *“III Taça do Algarve de Cadetes e de Juvenis”* em ciclismo que também tinha corrido muito bem. Tinham tido o *“10.º Torneio Amizade”* do Clube de Patinagem de Tavira com

uma extrema organização, parabenizando todos os pais que se tinham juntado e organizado aquele Torneio durante dois (2) dias. -----

--- As maratonas de Futsal também tinham sido retomadas, já tendo havido a da Onda Sólida, Santaluziense e dos Sonâmbulos. -----

--- Tinha-se ainda realizado uma *"Etapa do Campeonato Nacional de Futebol de Praia"* na Ilha de Tavira entre outras iniciativas. -----

--- Em termos ambientais e tentando apelar às necessidades da sustentabilidade e também da participação e da cidadania ativa, tinham organizado pela primeira vez o *"Ecológita"* que tinha acontecido nas Quatro Águas. Tinha tido algum azar com o tempo tendo feito bastante frio naquelas noites em que tinha decorrido, no entanto tinha sido um evento simpático, num local espetacular, onde tinha havido lugar a várias Conversas, vários Diálogos, animação cultural, uma pequena feira pelo que agradecia a todos os técnicos do Município e também à Vereadora Sónia Pires que tinha sido uma impulsionadora da atividade. Tinha atuado a Lena d'Água e Surma e tratava-se de um evento algo diferente. -----

--- Também se tinham realizado as Comemorações do Dia do Trabalhador em todas as freguesias. Tinha estado em Santa Catarina da Fonte do Bispo, na Conceição de Tavira e em Cachopo. Tinha havido várias caracoladas, a *"V Grande Caracolada à Escuteiro"*, o *"7.º Festival do Caracol"* do Grupo Desportivo de Vale Caranguejo e um conjunto de outras iniciativas. -----

--- Salientava ainda outras ações como a Limpeza da Ria em Santa Luzia, também na semana anterior, na Luz de Tavira, que se enquadravam mais na área do ambiente e também pretendia enaltecer a iniciativa do Dia da Criança, no dia 01 de junho, em que mais uma vez tinham levado mil e quinhentos (1.500) alunos do pré-escolar e do 1.º Ciclo para um dia de atividades com insufláveis e jogos tradicionais no Parque de Feiras e Exposições, que tinha corrido muito bem e era sempre um momento muito bom estar com as crianças e vê-los divertidos. Queria agradecer a todos os que tinham proporcionado, que não tinha sido fácil, porque em termos de transporte era sempre uma logística complicada, a todos os trabalhadores e em especial ao Vereador Eurico Palma e à Divisão de Assuntos Sociais (DAS).-----

--- Em termos de Obras e Urbanismo tinham em procedimento, já com contrato assinado, as obras de conservação e beneficiação da rede viária do Concelho - Estradas e Caminhos Municipais na Freguesia de Tavira e na Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira, Estrada do Carapeto que esperavam iniciar dentro de quinze (15) dias. -----

--- Estava também em procedimento pronto para ser lançado na plataforma o Aproveitamento de água das piscinas para fins não potáveis nomeadamente limpeza de ruas e outras; As obras de manutenção, conservação e restauro na cobertura da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo em



Tavira que era uma empreitada complementar à já em execução porque quando estava a ser feito um restauro, iam-se sempre encontrando outras necessidades; A execução do muro de suporte no Caminho do Fojo; A valorização paisagista dos logradouros dos lotes 15 e 28 da Rua José Oliveira em Santa Luzia, que se tratavam de lotes de habitação social. -----

Handwritten mark in blue ink.

Handwritten mark in blue ink.

--- Tinham a empreitada para a instalação de balneários públicos na Ilha de Tavira que pensava já ter terminado, já tendo a receção provisória e, portanto, as casas de banho abertas; A intervenção nos espaços exteriores da EB n.º 2 de Santa Luzia que era uma obra do Orçamento Participativo e que já tinha começado; As infraestruturas de telecomunicações para o Centro de Meios Aéreos de Cachopo para onde já tinha sido efetuado o pedido de receção provisória tendo já uma receção parcial da pista sendo que o helicóptero já lá se encontrava desde o dia cinco ou seis de junho. Estavam pois a ultimar e supunha que no dia vinte e seis seguinte estaria completamente concluída, pelo menos tinha sido a data que lhe tinha sido indicada. Já tinha havido lugar à vistoria da eletricidade, mas existiam umas inconformidades pelo que iriam voltar no dia vinte e seis. Tinham tido também a ligação da parte do saneamento com a TaviraVerde - Empresa Municipal De Ambiente, E.M. mas tinham surgido algumas dificuldades porque a conduta tinha rebentado por força das pavimentações. Tinham tido algumas contrariedades, mas esperavam que até ao final do mês a obra ficasse concluída, com a receção feita e que pudessem inaugurar durante o mês de julho aquele grande investimento que estava a ser realizado na Freguesia de Cachopo. -----

--- Tinham também a decorrer uma intervenção na Rede de Abastecimento de Água do Pavilhão Eduardo Mansinho; A requalificação da Ecovia com um novo pavimento permeável que tinham sido experimentado nos troços 02, 03, 04, 11 e 49 que eram troços muito usados da Ecovia e que estavam a fazer pela primeira vez. Tratava-se de um pavimento permeável que era permitido pelo Parque Natural mas que nunca tinha sido experimentado pelo Município desconhecendo-se, por isso, qual era a durabilidade mas se fosse boa poderia, apesar de cara, ser uma alternativa para todo o arranjo da ciclovía. -----

--- Em curso estava ainda uma intervenção na Cave do Lote 1 da Rua Morais Simão que se referia à sede das Vicentinas, com a rampa e a construção de uma casa de banho e cujo espaço era da Câmara Municipal; A substituição do relvado sintético do campo do Ginásio Clube de Tavira e as bancadas que também já estavam em obra; A requalificação da Rua do Cais que já tinha sido falada. Queria acrescentar que, obviamente, tinham outro projeto para a outra margem, um projeto semelhante, cuja ideia era que contemplasse mais espaço para os peões, para a mobilidade, e menos para os veículos mas o projeto que existia para a outra margem do rio contemplava uma plataforma sobre o mesmo, na zona que ficava junto ao jardim, bomba de



gasolina, pelo que estavam a tratar dos pareceres da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) por causa da plataforma sobre o rio mas esperavam que pudesse ser aprovada e que, no ano seguinte, pudesse estar em obra porque tinham estado a tentar alterar o projeto de acordo com as condicionantes que lhes iam sendo sinalizadas. -----

--- Estava ainda em empreitada a conservação e restauro do património integrado da Igreja de Santa Maria do Castelo que também já tinha falado e a reabilitação do CineTeatro António Pinheiro cujo assunto tinha sido abordado no início daquela Assembleia Municipal. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Margarida Baioa** disse que estava a ver as obras em procedimento e tinha ficado algo desiludida por pensar que já constava para concurso o projeto da Escola Secundária de Tavira. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o projeto já estava em procedimento sendo que se tratava de uma prestação de serviços e não uma empreitada, por isso não tinha referido. O dia anterior tinha sido o último dia para entrega de propostas que esperava não tivessem recebido muitas, o que não tinha questionado. -----

--- De acordo com o que tinham verificado existiam, pelo menos, quatro (4) empresas que tinham impresso os documentos da plataforma. Se pudesse ainda verificar remeteria até ao final daquela Assembleia Municipal mas pensava que teriam muitos concorrentes porque o projeto tinha um valor apeteável. O que assustava mais era o prazo porque estava pensado para ser realizado em seis (6) meses, tendo uma fase inicial de diagnóstico. -----

--- O que tinham colocado a concurso era o que pretendiam para o espaço deixando a equipa de projetistas avaliar. Na transferência de competências não tinham recebido qualquer projeto pelo que tinham tido de iniciar procedimento para a sua elaboração deixando à criatividade da equipa que viesse a ganhar o concurso que tinha um prazo para apresentar como se iria desenvolver, se seria monobloco ou multibloco, o que não estava definido no Caderno de Encargos. Tinha definido um prazo para a avaliação e apresentação do projeto que poderia ter o aproveitamento ou destruição de algumas infraestruturas existentes, o que não estava definido. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando que não havia mais ninguém para intervir, disse que iriam entrar na Ordem do Dia e, como já tinha referido no início, e todos tinham concordado, iriam iniciar com a apresentação do ponto número sete referente à proposta de atribuição de medalhas municipais de mérito e bons serviços e dedicação. -----

--- Acrescentou que os boletins de voto já tinham sido distribuídos pelo que pedia à Presidente da Câmara Municipal que informasse para que posteriormente pudessem seguir a Ordem do Dia. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que a Assembleia Municipal apenas deliberava sobre os graus de honra, ouro, prata e cobre. Assim, e embora pensasse que a maior parte das pessoas



a atribuir medalha dispensavam a apresentação iria efetuar uma rápida apresentação de cada um dos propostos. -----

--- A proposta contemplava a atribuição das medalhas de honra da cidade à Guarda Nacional Republicana (GNR), à Polícia de Segurança Pública (PSP) e à Polícia Marítima pelos serviços que, obviamente, prestavam no concelho, à sua população, relacionados, como todos sabiam, com a segurança e proteção das pessoas. -----

--- Acrescentou que já tinham sido atribuídas medalhas ao Exército e aos Bombeiros Municipais de Tavira. -----

--- Quanto às medalhas de ouro da cidade a atribuição tinha resultado de uma deliberação daquela Assembleia Municipal, um Voto de Louvor a David Livramento que tinha sido ciclista do Clube de Ciclismo de Tavira e que tinha ganhado um troféu de *Fair Play* e dignificado assim o nome Tavira ao mais alto nível. -----

--- A proposta que a Câmara Municipal tinha deliberado por unanimidade para as atribuições, grau prata, tinham sido, a título póstumo, Carlos André de Sousa Gomes que tinha sido Delegado de Saúde de Tavira durante vários anos e muito em concreto durante a pandemia. Infelizmente a atribuição era efetuada a título póstumo porque ele tinha falecido no corrente ano. -----

--- Também a título póstumo, também falecida no corrente ano, propunham a atribuição a Sara Gonçalves que era sobejamente conhecida, professora do primeiro ciclo e também de educação física no segundo ciclo e tinha sido coordenadora do Programa da Atividade Física da Câmara Municipal. -----

--- A professora Teresa Rita Lopes que também era uma mulher que para além de ser ativista, mais antifascista, era conhecida por estudar e ter dedicado toda a sua vida ao estudo da obra de Fernando Pessoa. Era muito conhecida por todo o trabalho que tinha efetuado relativamente a Álvaro de Campos, na Casa Álvaro de Campos de Tavira ao longo de vários anos com conferências e livros que tinha escrito. -----

--- A Casa do Povo da Luz de Tavira que era conhecida de todos pela sua atividade social com Centro de Dia, apoio domiciliário, desenvolvendo há largos anos um trabalho essencial na Freguesia de Santo Estevão e Luz de Tavira. -----

--- A Banda Entre Aspas que tinham completado trinta (30) anos de existência, com a Viviane e o Tó Viegas. -----

--- A Associação Lais de Guia que também conheciam. Já há uns anos que a Associação colaborava no que se referia ao património Marítimo e tinha sido com quem a Câmara Municipal tinha elaborado as rotas do Polvo e Atum em Santa Luzia. -----

h

R

h

--- Passando ao Grau Cobre propunham a atribuição de medalhas a Amândio Clara que era quem tinha estado mais de trinta (30) anos ao serviço do Salva-Vidas pelo que considerava que era mais que merecida dado que tinha dedicados trinta (30) anos da sua vida aos outros, sobretudo aos que andavam mais no mar. -----

--- João Gago era empresário que completava vinte e cinco (25) anos na cidade a trabalhar no comércio automóvel. Já há algum tempo que vinham atribuindo e reconhecendo o mérito dos empresários para a dinâmica do concelho. -----

--- Fábio Conceição, David Mestre, José Maria Mestre, Hélio Soares e Paulo Galhardo, também falados na Assembleia Municipal tinham sido heróis nas Quatro Águas com o salvamento de uma embarcação pelo que também propunham a atribuição de medalha por aquele ato de heroísmo e altruísmo. -----

--- Propunham também a atribuição de medalha à ADT - Associação Desportiva Tavira, mais conhecida por Academia do Sporting e a uma associação de caridade, Mãos de Ajuda que era dinamizada pela comunidade estrangeira, mas tinha uma atividade próxima de solidariedade a quem mais precisava. A associação colaborava também com o Município de forma ativa e com várias instituições particulares de solidariedade social do concelho. Já funcionava há cerca de sete (7) anos e tinham entendido reconhecer o trabalho da comunidade estrangeira que já vivia em Tavira há muito tempo e que, realmente, faziam aquele trabalho de solidariedade, de amor ao próximo. -----

--- Terminou dizendo que os propostos para atribuição de medalhas tinham sido aprovados por unanimidade em reunião de Câmara Municipal. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que pensava que todos já teriam os boletins de voto, que este era secreto e agradecia aos serviços de apoio administrativo que procedessem à recolha dos mesmos. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao ponto número um referente à **PROPOSTA N.º 135/2024/CM – JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que se tratava de um assunto conhecido por todos, que era uma proposta de júri para o cargo de direção intermédia de primeiro nível para Diretor de Departamento. A proposta era para Presidente, Mário Alves que era Diretor de Departamento do Município de Olhão e para vogais, Maria Manuela Rosa da Universidade do Algarve, como habitualmente, e Filipe Cunha que era Diretor do Departamento de Urbanismo do Município de Faro. -----



--- Terminou dizendo que cabia à Assembleia Municipal a designação dos júris para os procedimentos de dirigentes. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 135/2024/CM – JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, que foi aprovada por unanimidade. -----



--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 147/2024/CM – REGULAMENTO DOS JARDINS ALIMENTARES DO MUNICÍPIO DE TAVIRA – VERSÃO FINAL. -----



--- A Presidente da Câmara Municipal referiu que os Jardins Alimentares tinham resultado de uma proposta ganhadora do Orçamento Participativo. O que pretendia destacar daquele regulamento que, obviamente continha as normas de direito, obrigações, quem se podia candidatar, o que plantar, entre outras, era enaltecer a forma como o regulamento tinha sido elaborado. Normalmente os regulamentos eram produzidos pela Câmara Municipal, pelo Departamento respetivo que detinha as competências na área, era remetido ao Vereador do Pelouro e era elaborada proposta para Reunião de Câmara Municipal. Naquele caso, o regulamento tinha sido todo elaborado por uma comissão que tinha tido a participação de todos, associações, decisores políticos e cidadãos, sendo, pois, um regulamento elaborado por todos, pelo que em Consulta Pública não tinha tido sugestões além das pessoas enaltecerem a forma como tinha decorrido o processo, a boa prática. Assim, tinham percebido que, por vezes, existiam regulamentos que interferiam com a vida das pessoas, pelo que fazia sentido que fossem elaborados daquela forma. -----

--- Os Jardins Alimentares eram basicamente espaços urbanos onde as pessoas podiam cultivar, não sendo plantas ornamentais como habitualmente existiam, mas árvores de fruto, aromáticas e outras. Assim, aquele regulamento constituía o conjunto de normas que definiam a forma como podiam acontecer sendo uma prática que já estava a surgir em Lisboa e nalgumas cidades e que também tinham vindo a adotar com as Hortas Urbanas de Tavira, que também tinham implantado. -----

--- O Deputado Municipal José Graça disse que em primeiro lugar e antes de passarem à votação daquela proposta gostava de tecer ali alguns considerandos sobre o processo que tinha levado à elaboração e a forma como aquele regulamento tinha sido concebido e desenvolvido. -----

--- Pensava que aquela era uma forma de governar que envolvia os cidadãos, mas também os técnicos do Município e o Executivo Municipal. -----

--- O documento que tinham recebido para aprovação na Assembleia Municipal, resultava, de facto, do processo participativo estruturado que tinha vindo a ser melhorado ao longo dos

últimos anos e que era também inovador, quer a nível nacional, quer da forma como se perspetivava em termos internacionais respeitando os valores e princípios consagrados no Pacto Ecológico Europeu. Para além do objetivo na área ambiental que encarnava, também considerava que era muito importante a forma como tinha sido desenvolvido e tinham todo o interesse naquela proposta, em que houvessem resultados dos processos de envolvimento dos cidadãos e que os resultados fossem também dados a conhecer daquela forma, submetendo-os à aprovação do órgão máximo do ponto de vista deliberativo do Município. -----

--- Pensava que era com mais cidadania, com mais participação, que se construíam autarquias saudáveis e que se promovia o respeito, a consideração e a valorização do Poder Local. Muitos desconheciam o significado da palavra autarquia, mas estava relacionado com o Poder Próprio e, considerava que era com aquele tipo de iniciativas que se valorizava aquele poder próprio que era concedido aos cidadãos e que todos, através do princípio da representação, concediam aos autarcas que os representavam no Executivo Municipal e outros órgãos. -----

--- Terminou dizendo que queria parabenizar todos os cidadãos que se tinham envolvido naquele processo cuja face mais visível eram as hortas que existiam no Centro de Experimentação Agrária de Tavira junto à Rua Luís de Camões e que todos poderiam ver, que se tinham envolvido numa forma de dinamismo que já não era vista, talvez, desde a construção dos Bairros SAAL nos anos setenta. Queria, por isso, felicitar o Município por ter dinamizado aquele processo e todos os cidadãos que tinham participado no seu desenvolvimento e no regulamento que tinham recebido, simplesmente para aprovarem. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** cumprimentou todos e disse que era bom que os Jardins Alimentares tivessem feito parte do Orçamento Participativo, que tinha sido uma ótima medida que tinha sido implementada. O que lhe suscitava alguma preocupação ou dúvida era se resultava apenas do Orçamento Participativo ou se existia algum parceiro europeu envolvido nos Jardins Alimentares. -----

--- **A Vereadora Sónia Pires** respondeu que o único parceiro europeu que tinham se referia à parte participativa porque estavam incluídos num projeto internacional, o Projeto Phoenix. Os Jardins Alimentares era um projeto do Município de Tavira que tinha uma boa prática num projeto europeu. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 147/2024/CM – REGULAMENTO DOS JARDINS ALIMENTARES DO MUNICÍPIO DE TAVIRA – VERSÃO FINAL** que foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Passou ao ponto número três da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 148/2024/CM – APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE TAVIRA.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** explicou que se tratava da versão final do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil cuja elaboração se tinha iniciado no final de 2022. Tinha estado inicialmente em consulta pública, de 05 de julho a 05 de agosto, e posteriormente a versão com a incorporação de todos os contributos tinha sido levada à Comissão Municipal de Proteção Civil, em maio de 2024, que tendo dado parecer favorável, tinha sido remetido à ANEPC, cujo parecer era vinculativo e que de acordo com o ofício que tinham recebido, também tinha emitido parecer favorável. A versão final após a integração de todos os contributos incluindo os que a Proteção Civil tinha vindo a propor, era apresentada novamente à Comissão Municipal de Proteção Civil do Município em que tinha sido aprovado por maioria com uma abstenção da Cruz Vermelha Portuguesa que não tinha apresentado declaração de voto, mas uma troca de correspondência a propor um protocolo com a Câmara Municipal para que a Câmara Municipal pudesse utilizar os seus meios ou que os tivessem à disposição.-----

--- O Plano de Emergência e Proteção Civil era a compilação naquele documento, que tinha sido remetido aos deputados municipais, de todos os meios ao dispor de todas as entidades, quer fossem públicas ou privadas, de todos os contactos, tendo todos os meios identificados para que no caso de uma ocorrência pudessem acioná-los. Obviamente que a verificar-se a utilização tinha que haver por parte do Município um pagamento, que não negariam quer fosse à Cruz Vermelha Portuguesa ou outra entidade pública ou privada, no entanto não lhe parecia que devessem *a priori* definir um protocolo para o caso de terem que acionar aqueles meios e, portanto, a Cruz Vermelha Portuguesa não tinha concordado com aquela posição tendo resolvido abster-se.-----

--- Para além do que já tinha referido, no plano estavam definidas várias metodologias, vários documentos que, consoantes as intervenções teriam que ser preenchidas sendo que os procedimentos eram adotados consoante as ocorrências que normalmente eram fenómenos extremos como incêndios, inundações e outras.-----

--- Concluiu dizendo que tendo o plano recebido aprovação praticamente por unanimidade e tendo pareceres positivos das autoridades apresentavam a proposta do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Tavira.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que estavam a falar de Proteção Civil e estavam na época balnear cuja Ilha de Tavira tinha uma especificidade muito própria em termos de intervenção no caso de ocorrência de um incêndio ou outro acontecimento. Naquele sentido, considerava que seria útil a criação de uma Unidade Local de Proteção Civil na Ilha de Tavira. Sabia perfeitamente que em termos legislativos era da competência das Freguesias, mas pensava que seria perfeitamente enquadrável uma vez que a Ilha de Tavira, em termos de intervenção, comportava alguns riscos e tinha algumas especificidades. Por outro lado, pensava que aquela

Unidade Local de Proteção Civil na Ilha de Tavira era importante não apenas na época balnear, por existirem ali restaurantes que estavam abertos todo o ano e, presentemente tinham barco todo o ano, havia residentes todo o ano, e esperava que com o Parque de Campismo renovado também ele estivesse aberto todo o ano.-----

--- Ainda no âmbito da Proteção Civil questionou sobre o ponto de situação quanto à localização do Quartel dos Bombeiros. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que os vereadores do PSD no âmbito da Reunião de Câmara Municipal já tinham efetuado aquela proposta e que a tinham comunicado ao Coordenador Municipal da Proteção Civil que tinha entendido não fazer muito sentido embora fosse uma iniciativa no âmbito das freguesias. Todavia com o funcionamento do Parque de Campismo, pensava que poderia fazer sentido, sendo que poderiam apreciar melhor, de forma técnica e com mais rigor. -----

--- Relativamente ao Quartel dos Bombeiros tinham duas localizações após a recusa da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) sobre a desafetação de um terreno agrícola no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) que, no entanto, continuavam a tentar. -----

--- Quanto às duas localizações tinham remetido para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil que tinham respondido, mas ainda não tinham conseguido apreciar tecnicamente todos os prós e contra e se em termos de ordenamento de território os espaços propostos poderiam se utilizados para aquele fim, que pensava ser possível, mas ainda não tinham a decisão final. Presentemente o processo estava para informar por parte do planeamento. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que existia uma Junta de Freguesia que há cerca de oito (8) meses tinha entregado uma minuta de regulamento da Unidade Local de Proteção Civil e a questão mantinha-se continuando a aguardar pelas restantes juntas de freguesia para ter a Unidade Local de Proteção Civil no interior por se encontrar muito exposta aos incêndios sendo relevante que estivesse criada. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que pensava ser necessária a aprovação da Comissão Municipal de Proteção Civil para a criação daquelas unidades. Não lhe parecia que na Comissão aquele assunto tivesse ficado decidido, tendo sido falado o que seriam os prós e contras daquela solução. Assim, considerava que poderia ser proposto em próxima Comissão. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** lembrou um lema que a Proteção Civil tinha desde o início dos anos 90 e que pouco a pouco tinha vindo a ser generalizado, embora continuasse a haver alguma confusão entre proteção civil e os bombeiros. Proteção civil eram todas as pessoas, não apenas os Bombeiros Municipais que ao longo da sua existência, particularmente nos anos



mais recentes, que eram os que tinham acompanhado, quem fazia deslocar meios durante as épocas de maior risco para as zonas de maior risco potencial, nomeadamente a Ilha de Tavira e a Freguesia de Cachopo, e pensava que até àquele mesmo dia tinham dado uma resposta eficaz e eficiente considerando os meios ao dispor. -----

--- De qualquer forma, e era apenas uma meditação, uma reflexão que teria que ser efetuada no âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil, quando tinham sido criadas as Unidades Locais de Proteção Civil, tinham-no sido no sentido de envolver as autarquias de base local, nomeadamente as freguesias e, ao longo dos últimos anos, apesar de não existir a figura formal das unidades locais, as freguesias do concelho de Tavira tinham estado envolvidas nos trabalhos de Proteção Civil, com maior empenhamento e, não apenas das juntas de freguesia mas também da sociedade civil durante a pandemia e no pós pandemia. Pensava que aquando da pandemia as pessoas se tinham pautado mais uma vez pelo valor intrínseco que um bom serviço municipal de Proteção Civil tinha, e a necessidade de considerá-lo e valorizá-lo a todo o tempo, não apenas quando pensassem que iria haver riscos. -----

--- Atualmente a Proteção Civil era essencial numa sociedade organizada sendo que existir um serviço municipal de Proteção Civil bem estruturado, que envolvesse os serviços municipais, mas também a sociedade civil era fundamental como tinha referido a Presidente da Câmara Municipal, nomeadamente num capítulo que por vezes era descurado pelas pessoas, a área da prevenção onde a Proteção Civil exercia maioritariamente o seu papel, tal como na área do planeamento.-----

--- Pensava que em Tavira aquele trabalho tinha vindo a ser bem realizado, de uma forma sustentada e, quando existiam situações que exigiam uma resposta rápida, tinha ocorrido e registado também o empenhamento da população. Considerava que não seria necessário recorrer ou recuar ao ano de 2012 para recordarem a resposta dada naquela altura, que certamente, a registar-se atualmente, estariam muito melhor preparados para enfrentar riscos do género. -----

--- Acrescentou que como tinha referido na Assembleia Municipal anterior, um dos trabalhos essenciais da Proteção Civil era o trabalho de planeamento e, como tinha afirmado aquando da aprovação do Plano de Prevenção de Cheias e Inundações do Algarve, que também era um passo naquele capítulo, certamente que os serviços municipais estavam a trabalhar naquele sentido. Assim, deixava ali aquele contributo, que esperava, e já tinha havido uma conversa naquele sentido, que a Comissão Municipal de Proteção Civil pudesse institucionalizar as Unidades Locais de Proteção Civil em todas as freguesias, mas, na sua opinião, especialmente e com alguma prioridade nas freguesias de Santa Catarina da Fonte do Bispo e Cachopo, por serem aquelas que estavam mais distantes da sede do concelho e que talvez exigissem um trabalho mais empenhado, regular e eficaz.-----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco disse que ainda no seguimento da questão das Unidades Locais de Proteção Civil, como o seu colega José Graça tinha dito e bem, a Proteção Civil eram todos e com as Unidades Locais de Proteção Civil o que pretendiam era estar junto das populações e dar-lhes formação sobre o modo de atuar no caso de se verificar uma situação de emergência pois ninguém sabia mexer num cartel de incêndios ou num extintor se não fosse ensinado. -----

--- Sabia que os Bombeiros Municipais tinham vindo a dar formação nos restaurantes da Ilha de Tavira mas considerava ser importante que as pessoas que ali residiam todo o ano também soubessem como atuar numa situação de emergência. De facto, todos eram Proteção Civil mas era necessária formação para que soubessem o que teriam que fazer, tal como as medidas de autoproteção que todos sabiam o que era e que tinham que as praticar. Portanto, era naquele sentido que considerava importante a criação de uma Unidade Local de Proteção Civil. -----

--- Acrescentou que não estava a descurar o trabalho realizado pelos Bombeiros Municipais, que sabia o que faziam durante a época balnear estando sempre de prontidão, mas pensava ser importante dotar as pessoas que ali viviam de competências para que soubessem como deveriam de proceder. -----

--- Terminou dizendo que ainda no âmbito da Proteção Civil, a Presidente da Câmara Municipal tinha dito que estavam a aguardar o parecer da ANPEC pelo que considerava importante que dissessem a todos os tavirenses quais eram as possíveis localizações de um futuro Quartel de Bombeiros. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal respondeu que não tinha qualquer problema em prestar aquela informação. Uma das localizações propostas era um terreno que a Câmara Municipal tinha cedido para uma valência social que tinha acabado por não acontecer e, portanto, ela tinha falado com a instituição sobre se iriam avançar ou não, e se a Câmara Municipal necessitasse do terreno, se poderiam usá-lo atribuindo-lhes posteriormente outro local. Tinha pois, falado com a Fundação Irene Rolo sobre o terreno da Frentágua. -----

--- O outro terreno era um dos terrenos da Câmara Municipal junto ao Centro Comercial Plaza. ----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 148/2024/CM – APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE TAVIRA que foi aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 150/2024/CM – PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO JOVEM “IDEIAS À MARÉ”. -----



--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que aquele programa tinha surgido também de uma proposta do Orçamento Participativo sendo que o que pretendiam era criar oportunidades aos jovens tavirenses entre os 18 e 35 anos para que pudessem concretizar as suas ideias empreendedoras. -----

--- Basicamente tratava-se das normas que definiam a candidatura dos jovens ao programa prevendo que pudessem ter formação sobre como gerir um negócio, capacitando-os. Tinham formalizado um protocolo com a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) que também constava na proposta apresentada à Assembleia Municipal, com o intuito de capacitar os jovens que tinham uma ideia de negócio. -----

--- O programa previa também a atribuição de prémios aos que ficassem nos primeiros três lugares. -----

--- O que pretendiam era, em primeiro lugar concretizar uma proposta do Orçamento Participativo pois consideravam que era muito bom para os proponentes que as suas propostas fossem escolhidas e que efetivamente a Câmara Municipal as pudesse concretizar. Para além disso também entendiam que era uma ideia que deviam de realizar por ser importante capacitarem os jovens tavirenses e que o espírito empreendedor também era necessário para que se motivassem e abrissem os seus próprios negócios. -----

--- Assim, o que estavam a propor era a aprovação das normas de participação naquele programa com o objetivo de capacitar os jovens tavirenses que pretendessem concorrer, bem como os prémios monetários que não seriam muito elevados mas que ajudariam. -----

--- Acrescentou que não poderiam concorrer jovens que já tivessem começado tendo de constituir-se como uma ideia nova. Quanto ao valor dos prémios seriam para o primeiro lugar, (€ 6.000,00) seis mil euros, segundo lugar, (€ 4.000,00) quatro mil euros e para o terceiro lugar, (€ 2.500,00) dois mil e quinhentos euros. Os concorrentes teriam ainda direito a uma bolsa de participação, durante a formação. -----

--- Concluiu dizendo que tinham tentado construir algo que fosse aliciente para os jovens poderem concorrer, ganharem capacitação e implementarem ideias novas. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que pretendia louvar aquela iniciativa do Município que resultava de uma proposta apresentada no âmbito do Orçamento Participativo. -----

--- Disse que, a propósito, gostava de questionar se existiam empresas no LevelUp, e se o espaço poderia ou não ser alugado. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que existiam ainda empresas sendo que outras tinham acabado por sair. Presentemente o espaço não tinha a função de ser alugado estando uma parte ocupada por serviços municipais. Obviamente que não queria dizer que se tivessem

alternativa a situação não pudesse evoluir e que o espaço funcionasse para o que tinha sido a ideia inicial, com empresas, que tinham deixado o espaço porque provavelmente não tinham a dinâmica que supunham ou porque também os negócios iam evoluindo. Reiterou que não queria dizer que não viesse a acontecer, porém, de momento estavam algo limitados em termos de espaço pelo que quando conseguissem reabilitar o edifício anexo ao CineTeatro poderiam libertar aquele imóvel para a função que já tinha tido, que lhe parecia muito bem e complementar a proposta apresentada.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** explicou que apenas tinha colocado a questão porque, como a Presidente da Câmara Municipal sabia, estavam a falar de empreendedorismo jovem sendo que, atualmente, qualquer jovem que pretendesse formar uma empresa tinha um conjunto de dificuldades sendo muito difícil alugar um espaço a um preço acessível. Assim, pensava que o programa poderia ser dinamizado no edifício, mas estando ocupado com serviços municipais, estaria fora de questão.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 150/2024/CM – PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO JOVEM “IDEIAS À MARÉ” que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número cinco da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 155/2024/CM – CONTAS CONSOLIDADAS DE 2023.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o documento de consolidação de contas tinha alguma tecnicidade porque tentava demonstrar qual era a situação financeira e patrimonial do Grupo Município de Tavira que era constituído pela Taviraverde - Empresa Municipal De Ambiente, E.M., pela Associação Para O Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira - UAC Tavira onde o Município de Tavira tinha uma posição dominante e também pela EMPET – Parques Empresariais de Tavira, E.M.-----

--- O método que utilizavam era a agregação do somatório de todas as entidades, portanto, das rubricas contabilísticas daquelas entidades e posteriormente eram expurgados os movimentos que existiam entre elas, como por exemplo no caso da TaviraVerde, o pagamento da água, dos contratos-programa e outros.-----

--- Obviamente que pelos motivos já falados várias vezes naquela Assembleia Municipal a EMPET não estava incluída.-----

--- O ativo do Grupo atingia praticamente os duzentos e trinta e dois milhões e quinhentos mil euros (€ 232.500.000,00). O resultado líquido do exercício era negativo por força das amortizações, no caso, dos bens de domínio público que o Município tinha integrado há alguns anos aquando da avaliação que tinha sido efetuada e integrado na parte patrimonial do balanço.--



--- Quanto à dívida do Grupo, obviamente que sem a EMPET, totalizava dezanove milhões, setecentos e sessenta e um mil e oitocentos e oitenta e três euros (€ 19.761.883,00) de curto prazo, o que indicava uma subida ligeira fruto de alguns financiamentos que a TaviraVerde tinha efetuado para a concretização das obras que estavam a decorrer, contudo tinha financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a cem por cento (100 %) embora os pagamentos do PRR estivessem a demorar um pouco. -----



--- Relativamente à EMPET, porque já tinha abordado o assunto muitas vezes, queria apenas informar das diligências que tinham vindo a ser efetuadas com vista à substituição do liquidatário. Tinha agendada para julho uma reunião com o advogado da EMPET e com alguém que pensava poder assumir as funções de liquidatário, embora já lhe tivesse manifestado que não iria aceitar, porém iria apelar ao seu bom senso e à necessidade que o Município tinha de resolver aquele problema que se arrastava há tempo demais, que concordava com a Bancada do PSD e que também ela queria resolver, pelo que esperava poderem resolver aquela questão até ao final do corrente ano. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que as preocupações que tinham vindo a ser apresentadas naquela Assembleia Municipal por parte do PSD relativas à EMPET, eram legítimas, pois verificava-se a falta de apresentação das contas por parte do liquidatário desde o ano 2020. --

--- **A Presidente da Câmara Municipal** reforçou que não se tratava apenas das contas pois o liquidatário tinha a missão de, após todas as operações, apresentar uma proposta caso ficassem bens para vender ou dívidas por liquidar. Assim devia indicar qual o caminho a seguir cabendo à Câmara e Assembleia municipais a decisão quanto aos procedimentos posteriores, o que nunca tinha acontecido, não existindo qualquer proposta, qualquer finalização. O que lhe parecia atualmente, depois de tentar reconstruir uma informação contabilística que não dispunha, era que o liquidatário tinha apresentado as contas do ano de 2019 em 2020, mas tinha realizado negócios posteriormente, como esperavam que acontecesse, pelo que aguardavam que tivesse apresentado, pelo menos, as contas daqueles negócios que tinham sido realizados posteriormente, sendo que não tinha apresentado nem a proposta que lhe caberia, o guião de atuação dos sócios da empresa, nem as diligências efetuadas após a apresentação das contas. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que a Bancada do PS entendia que era inadmissível o respeito que não tinha sido demonstrado quer pela Câmara Municipal, quer pela Assembleia Municipal, pelos contatos que tinham tentado efetuar ao longo daquele tempo. Considerava que o liquidatário tinha de responder perante os órgãos do poder local, no caso, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, o que não tinha vindo a acontecer. -----

--- Sendo óbvio que a Câmara Municipal, na pessoa da sua Presidente, tinha vindo a tentar resolver a situação, na verdade tinham sido proteladas, não por culpa do Executivo Municipal, mas por outras razões conhecidas de todos. Pensava que tinham dado tempo mais do que suficiente para que a questão fosse resolvida mas tal não tinha acontecido o que impossibilitava a Câmara Municipal de apresentar na prestação de contas consolidadas, as contas da EMPET.-----

--- Obviamente que a Bancada do PS, não tendo nada a esconder, queria a clarificação, a justiça, a transparência de todo aquele processo e, entendiam, que tinham de colocar um “*basta*” a todo aquele processo que tinha vindo a ser desenvolvido. Desconhecendo se o PSD acompanharia a proposta que pretendiam apresentar, pois estavam a tentar encontrar soluções possíveis para resolver a questão que não tinha sido possível e as contas nunca podiam ser consolidadas, consideravam a necessidade de responsabilizar as pessoas que tinham de respeitar a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, sendo para o que tinham sido mandatadas, pelo que se tinham existido negócios, tinham que ser apresentados. -----

--- Considerava que verdadeiramente a EMPET tinha sido uma empresa que tinha tido desde o seu início um caminho sinuoso, pelo que a Bancada do PS propunha, em articulação com as restantes bancadas, se assim o entendessem, que fosse iniciada a possibilidade de participarem nas diligências uma Comissão Liquidatária composta por um elemento a indicar pelas bancadas e a Presidente da Câmara Municipal, se tivesse disponibilidade, e com o apoio logístico e técnico da Câmara Municipal para que aquela Comissão pudesse dar um aporte positivo no sentido de tentarem resolver a questão que já se tinha prolongado demasiado no tempo. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que muito lhe aprazia ouvir a colega de Assembleia Municipal dizer que se deviam juntar para efetuar diligência visto o assunto se ter vindo a arrastar há muito tempo, pelo menos desde o relatório de contas consolidadas de 2021, que contem sempre o mesmo parágrafo de não terem sido incluídas as contas da EMPET, conforme também constava no relatório em apreço, nas páginas seis (6) e dezassete (17) “...*não nos foram apresentadas quaisquer demonstrações financeiras por parte do liquidatário da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, em liquidação, EM, em relação aos anos de 2021 a 2023, apesar de terem sido tomadas todas as diligências possíveis junto do liquidatário no sentido da sua apresentação...*”. Estavam em 2023, já tendo passados dois (2) anos e, o que lhe parecia mais cómico era que estavam a falar de um liquidatário que era Vereador numa Câmara Municipal de um concelho vizinho e cujo Presidente da Câmara Municipal, em entrevista ao Jornal do Algarve, enaltecia o Vereador dizendo que tinham executado um excelente trabalho, com competência e rigor na redução da dívida, mostrando que era possível uma autarquia ter contas certas. Relativamente às contas da EMPET, não conseguia apresentá-las à Câmara Municipal de Tavira.----



--- A **Presidente da Câmara Municipal** retorquiu que para ela a questão não tinha graça alguma porque considerava falta de escrúpulos, porque podia-se estar a fugir à responsabilidade não querendo assumir o que tinham sido as opções em determinado momento.-----



--- Em momento algum o liquidatário se tinha dirigido ao Município a dizer que não pretendia continuar como liquidatário, que já não tinha capacidade ou tempo, sendo que tinham tomado todas as diligências, desde notificações através da polícia, da fiscalização, a Assembleia Municipal também tinha tentado pelo que, provavelmente o Vereador da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António estava a brincar com eles, o que não considerava ter qualquer graça pois pensava que os vereadores deveriam de ser pessoas idóneas em todos os aspetos das suas vidas.-----



--- O **Deputado Municipal Jorge Corvo** dizendo que não pretendia abordar mais aquele tema, tinha deixado falar a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco, todavia via-se forçado e não resistia em dizer que considerava que não tinha havido intenção de resolver o que quer que fosse, havendo sim a intenção de levar a EMPET para a insolvência, que era o que tinha sido efetuado durante todos aqueles anos.-----

--- Pensava que não valia a pena dizerem o contrário pois era o que tinha acontecido sendo que a questão da EMPET apenas tendia a piorar cada vez mais porque já havia mais credores com demandas em Tribunal e a situação ainda seria pior.-----

--- Quanto ao liquidatário, desde 2019 que não tinha responsabilidades como estava claro no parecer jurídico emitido pelos próprios serviços da Câmara Municipal. Não tinha sido nomeada outra pessoa porque não tinham querido, não tinham resolvido mais questões, porque não tinham querido.-----

--- Considerava que andavam todos a iludir, a dizer que tinha sido convocado, mas tal tinha sido uma farsa pois andavam a contactar uma pessoa que sabiam já não ter responsabilidades. Aquela era a sua opinião e não o demoveriam.-----

--- Continuou dizendo que aquela questão caminharia, muito brevemente, para uma insolvência da EMPET, muito mais brevemente do que o que pudessem pensar, mas não considerava ter qualquer responsabilidade na medida em que desde há sete (7) anos, em 2017, quando tinha sido constituída a liquidação da EMPET ele tinha alertado que seria o que iria acontecer. Presentemente era o que iria acontecer e poderiam fazer o que entendessem.-----

--- Há uns meses atrás, quando tinham discutido a questão da EMPET, ainda poderiam intervir, o que possivelmente seria mais difícil naquele momento, muito mais difícil, o que a Presidente da Câmara Municipal saberia pois existia evolução quanto ao assunto. Certamente que a Presidente da Câmara Municipal receberia as notificações porque se ele não fazendo parte do Executivo

Municipal tinha recebido, concerteza que também as tinha recebido. Considerava que o não terem uma solução para a EMPET era deliberado. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** referiu que aquele era um assunto muito sério que não deveria dar vontade de rir a ninguém, especialmente a nenhum dos membros da Assembleia Municipal, que tinham responsabilidades, porque envolvia verbas, negócios, questões relacionadas com o Tribunal de Contas. Pensava que todos teriam conhecimento do relatório do Tribunal de Contas de 2015, com a factualidade apurada com as ilegalidades, responsabilidades financeiras sancionatórias e as decisões que tinham sido decididas à data. -----

--- Assim, esperava que o Deputado Municipal Jorge Corvo, da Bancada do PSD, quisesse fazer parte da solução e a parte da solução era evitar a insolvência. Pensava que a solução passava pela criação de uma Comissão Liquidatária para aferir o que poderiam fazer porque como o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha dito, provavelmente teria aquele processo há anos, sendo que ela não era Deputada Municipal, e provavelmente teria conhecimento da Lei 51 de 2012 que no seu articulado previa a dissolução das empresas locais, naquele caso municipais, porque a percentagem maior era do Município, caso se verificassem resultados líquidos negativos nos três (3) anos anteriores. -----

--- A questão estava naquele ponto porque não tinham os documentos de suporte para aferir a viabilidade financeira e o PS tinha recebido a empresa com um passivo na ordem de doze milhões de euros (€ 12.000.000,00) o que era um encargo para um Município como o de Tavira, extremamente elevado e com problemas complicadíssimos, nomeadamente com empreiteiros, pelo que consideravam que o assunto tinha que ser aferido e encontrada a solução correta, razão pela qual consideravam fundamental constituir a Comissão Liquidatária relativamente à qual esperavam que o PSD fizesse parte da solução. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que tinham sido efetuadas várias considerações que não correspondia à realidade. -----

--- A realidade da EMPET era apenas uma, tinha em dívida cerca de um milhão de euros (€ 1.000.000,00) que estavam em contencioso e que o Executivo Municipal do PS tinha resolvido contestar transformando a dívida em perto de nove, dez milhões de euros (€ 10.000.000,00), que não sabia quantificar, mas que não estaria muito longe da realidade. -----

--- Antes daquela contestação, de avançarem para a liquidação da EMPET, como a Presidente da Câmara Municipal sabia, tinham sido apresentadas propostas para a solução da EMPET, que eram perfeitamente viáveis e que passavam por várias soluções, até pela possibilidade de ser o Município a adquirir os lotes porque existiam serviços no Município que careciam de espaço, o que poderia constituir uma solução. Nada do proposto tinha sido feito, pelo que sentia que



tinham andado a “gozar” com eles nas assembleias municipais, todo aquele tempo, porque todos sabiam que o administrador de liquidação não iria responder a nada, o que ele próprio faria se estivesse naquele lugar porque a sua responsabilidade tinha cessado, ou seja, o mandato que aquela Assembleia Municipal lhe tinha dado tinha terminado mesmo antes da última informação que tinha prestado. Assim, se fazia alguma coisa, fazia-o à revelia e o Executivo Municipal tinha que ter atuado, não tendo atuado tinham presentemente uma situação caótica, pelo que depois de “gozarem connosco” estavam a pedir apoio. Reiterava que sentia que “gozam comigo e gozam com esta Assembleia”, sendo que estavam a falar na duplicação da dívida que tinha que estar inscrita no relatório de contas.-----



--- Terminou dizendo que sempre tinha estado disposto para a solução tendo até, aceitado um convite da Presidente da Câmara Municipal, o que certamente estava lavrado em ata, todavia provavelmente naquele momento seria muito tarde. -----

--- Fazia um desafio à Bancada do PS, que fizessem um estudo completo da EMPET, averiguassem o ponto de situação e apresentassem à Bancada do PSD. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** referiu que ninguém da Bancada do PS estava a “gozar” com ninguém, e se abordavam aquele assunto era porque entendiam ser preocupante, sobretudo, num município que tinha que apresentar sempre contas consolidadas para aferir a verdadeira realidade do respetivo município e, tendo a Presidente da Câmara Municipal sempre desenvolvido esforços junto do liquidatário, sendo que o facto de ser Vereador numa Câmara Municipal vizinha e terem sido publicadas no Jornal as declarações referidas, não lhes diziam respeito. -----

--- A ela importava Tavira, a postura do liquidatário e o que se tinha vindo a protelar, por exemplo, como os membros da Bancada do PSD diziam, e bem, que no documento ali apresentado naquele dia, não eram identificadas incorreções materiais num documento que era técnico e preparado nos termos da legislação, que apenas não merecia do voto favorável do PSD porque não tinham sido incluídas as demonstrações financeiras consolidadas com os elementos contabilísticos da empresa municipal EMPET, o que era correto, mas se durante todo aquele período foram desenvolvidos um conjunto de contacto que não tinham surtido efeito, que tinham dado tempo suficiente, era necessário tomarem outra atitude que não seria estudos. Pensava que o Deputado Municipal Jorge Corvo teria o relatório do Tribunal de Contas que era muito interessante, tratava-se do relatório do Tribunal de Contas, numero oito (8) de 2015 que versava sobre o apuramento de responsabilidades financeiras que até continha algumas penas pecuniárias, uma atividade sancionatória e que fazia parte do processo. -----

--- Continuou dizendo que o que interessava naquele momento de impasse era como iriam resolver, sendo que considerava que os dois maiores partidos políticos com assento naquela Assembleia Municipal tinham o dever moral de encontrarem um caminho, que poderia ou não surtir efeito, mas deveriam de tentar e era aquela proposta que apresentavam com o apoio técnico da Câmara Municipal que tinha os técnicos, para tentarem resolver a situação da empresa. Considerava que nunca era tarde para tentarem resolver o que quer que fosse. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que o relatório do Tribunal de Contas a que a Deputada Municipal Jovita Ladeira se referia estava relacionado com questões administrativas a que os administradores da empresa tinham respondido em devido tempo e não propriamente com a situação financeira da EMPET. Quem tinha respondido tinha-se defendido e a situação sido resolvida. Aquele parecer do Tribunal de Contas estava relacionado com questões sancionatórias quanto a procedimentos administrativos da altura e não com o que era a atividade da EMPET. Conhecia o relatório. -----

--- Disse que os antigos administradores poderiam esclarecer exatamente qual era a situação da EMPET e quais as soluções possíveis. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** referiu que para terminar apenas pretendia dizer que aquele relatório também estava relacionado com o facto de ter existido um período em que a EMPET, obrigatoriamente, tinha que enviar as contas e todos os negócios para fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o que não tinha feito. Tinha efetuado negócios, pagamentos e omitido o que a Lei obrigava. O Deputado Municipal Jorge Corvo dizia que não, pelo que enviaria o relatório ao Presidente da Assembleia Municipal solicitando que lhe fosse entregue. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** disse que apenas pretendia refrescar a memória do Deputado Municipal Jorge Corvo e de algumas pessoas que estavam na sala. O passivo mínimo da EMPET em 2009, a dívida da empresa, não era de um milhão de euros (€ 1.000.000,00) como tinha sido referido, mas de quinze milhões, cento e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e sete euros (€ 15.148.997,00) que acrescidos aos vinte e nove milhões e setecentos mil euros (€ 29.700.000,00) que era a dívida da Câmara Municipal mais alguns valores que naquela altura estavam pendentes, da TaviraVerde, perfaziam o passivo do Grupo Municipal sendo que nas contas consolidadas de 2009, o valor rondava os cinquenta milhões de euros (€ 50.000.000,00). Aqueles números nunca ali tinham sido realçados, mas eram reais e estavam consagrados no Anuário Financeiro das Autarquias Locais de 2009. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que esperava que não tivesse sido de forma voluntária mas o Deputado Municipal José Graça estava a confundir as questões. O diferendo em Tribunal da EMPET, pensava que era de um milhão e duzentos mil euros (€ 1.200.000,00), não



conseguia precisar no momento, e o que tinha sido referido dizia respeito a uma questão completamente distinta que era o património total da EMPET, a dívida global da empresa quando ainda não tinha vendido qualquer lote, o que considerava ser normal, perfeitamente exequível até dito por dois administradores do PS, nomeados pelo PS, que poderiam testemunhá-lo ali. Portanto não valia a pena estarem a confundir, porque ele não percebia de tudo, não sabia de tudo porque não tinha sido dito tudo, mas do que percebia, não se esquecia. -----

--- **A Deputada Municipal Margarida Flores** disse que os tavirenses os tinham elegido para que tivessem uma voz em seu nome, pelo que se o Município tinha um problema, todos tinham um problema sendo que a sua resolução era muito mais importante do que estarem ali a ver quem tinha a culpa. Pensava que o mais importante era resolverem o problema porque a cidade onde viviam tinha aquele problema sendo que a proposta do PS era que em conjunto encontrassem uma solução, o melhor caminho para a resolução daquele imbróglio jurídico em que a Câmara Municipal, de alguma forma, se vinha apresentado perante a Assembleia Municipal. -----

--- Reiterou que tinham sido eleitos pelos cidadãos pelo que tinham que pensar no melhor para o concelho. Como o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha referido quanto mais tempo demorasse, pior podia ser o resultado final. O que estavam a pedir enquanto Bancada do PS era que se juntassem para encontrar uma solução porque a Câmara Municipal, perante a Assembleia Municipal já tinha referido que tinha dificuldade em encontrar. Pensava que era algo perfeitamente viável ao invés de estarem ali a acusarem-se mutuamente, que encontrassem uma solução para o bem da cidade. -----

--- Terminou dizendo que tal seria para bem de todos pelo que se deviam de deixar de politiquices e se juntarem a favor de Tavira. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o Deputado Municipal Jorge Corvo não tinha resistido a falar da EMPET pelo que ela também o iria fazer. Queria deixar presente que o facto de não ter a mesma opinião que o Deputado Municipal não queria dizer que estivesse a "gozar" com ele. -----

--- Relativamente à EMPET sempre tinham tido posições diferentes, sendo que provavelmente o Deputado Municipal considerava que não devia ter sido efetuada a liquidação daquela forma, e estava no seu direito, era a sua opinião, a dela tinha sido diferente até por uma imposição legal pois existiam pareceres negativos para a compra de lotes na situação em que se encontrava a empresa naquela altura, tendo-se decidido que não era assim, o que a ela tinha parecido bem, que era a melhor decisão em termos administrativos. -----

--- Naquele dia tinha reparado que parecia que alguém tinha falado com o liquidatário, ao contrário da Câmara Municipal que não tinha conseguido, pois parecia ter acontecido algo que

levava a dizer que a situação iria ficar pior, como tinham ouvido ali naquela noite. Conseguia-se saber que o liquidatário já não tinha qualquer ligação ao assunto, quando, a ela, nunca o tinha manifestado e, inclusivamente, no ano de 2023 tinham tido uma reunião em que tinha dito que iria tratar do assunto, portanto, parecia-lhe que, provavelmente, alguém tinha informações sobre a questão. Podia ser apenas uma impressão sua, uma sensibilidade, mas parecia-lhe que tinham estado a tentar falar com o liquidatário que se considerasse que nada tinha a ver com a questão a partir do ano de 2019, não tinha realizado negócios, reunido com ela, reunido com o empreiteiro que estava em contencioso. Em nenhum momento lhe tinha manifestado que a sua função tinha terminado. -----

--- Tratava-se de um caso complicado e tinham uma proposta do PS, que agradecia, para tentarem encontrar uma solução atendendo que não estava a ser fácil e também não podia exigir aos técnicos municipais que as assumissem. Na altura, Fernando Horta era um técnico que tinha assumido aquelas funções de livre vontade. Quando ela tinha assumido funções na Câmara Municipal, ele já integrava a administração da empresa e nunca tinha manifestado a vontade de sair. -----

--- Queria reiterar que não tinha a mesma opinião relativamente à EMPET e deixar bem claro que a EMPET não tinha apenas o contencioso que tinha sido falado, mas vários. Tinha um empréstimo bancário no valor de doze milhões de euros (€ 12.000.000,00) que presentemente estava em cerca de quinhentos (500) ou quatrocentos (400) mil, que tinha sido tratado pelo PS, que tinha negociado, pelo que não podiam dizer que não tinham feito nada quando existiam os doze milhões de euros (€ 12.000.000,00) e um parque que não estava finalizado, que o tinha sido, já com receção, que tinham continuado a construir e presentemente já existia alguma coisa, portanto não podiam deixar que dissessem que nada tinha sido feito pois tinham que esclarecer as pessoas porque tinham levado muito tempo a falar ali sobre a EMPET e parecia que nada tinha sido efetuado. A EMPET tinha três milhões de euros (€ 3.000.000,00) de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) que tinha sido renegociado, tinham sido vendidos lotes com maior ou menor dificuldade e atualmente tinha alguma atividade, que podia ser maior se a questão tivesse sido resolvida. -----

--- Acrescentou que não tinha referido anteriormente, mas existia outra questão que constava na legislação, não tendo sido inventada por ela. Ao liquidatário cabia efetuar uma apresentação, uma proposta de intervenção, o que também constava numa deliberação daquela Assembleia Municipal que tinha sido votada no ano de 2017. -----

--- Terminou reiterando o agradecimento e dizendo que era bom que todos assumissem a vontade de resolver o assunto pois considerava que seria a bem de Tavira, pelo que muito



agradecia se pudessem apoiar, que se não pudessem, haveriam de encontrar outras soluções porque na vida tudo tinha solução. Reiterou que nunca tinha desrespeitado o Deputado Municipal Jorge Corvo.-----

--- **O Deputado Municipal Silvino Oliveira** disse rever-se na saudação da sua colega de Bancada Ana Rita Pacheco.-----

-- Tinha gostado bastante e ouvir uma expressão que tinha sido pronunciada. Considerava que de facto tinham sido eleitos, uns como deputados municipais, outros para exercerem o poder executivo. Queriam que assumissem responsabilidades, ele estava ali há quatro (4) anos à espera que lhe apresentassem as contas e não para tomar decisões executivas. Revia-se como Silvino Oliveira, Deputado Municipal de Tavira não estando ali para tomar decisões executivas apenas podendo avaliar enquanto Deputado Municipal, na condição em que tinha sido eleito, quando lhe apresentassem as contas, executivo ou liquidatário. No momento, como Deputado Municipal não tinha capacidade para avaliar e tomar uma decisão, o que cabia ao Executivo, que ele aguardaria. -

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que primeiramente pretendia clarificar que apenas conhecia Fernando Horta por o cumprimentar, não passando além disso. Sinceramente não o conhecia, nem profissionalmente, nem ainda na EMPET e não tinha tratado qualquer assunto com ele. Pensava que nos dois (2) anos anteriores nem sequer o tinha visto pois caso contrário colocava-lhe a questão da EMPET.-----

--- Quando falava de falta de respeito devia-se ao que lhe tinham feito desde o momento que tinha procurado uma solução, ou seja, desde o momento em que Fernando Horta tinha deixado de exercer as suas funções e começado a ser referido que desconheciam o seu paradeiro. Entretanto tinham passado quatro (4) anos sem qualquer proposta para a Assembleia Municipal intervir para resolverem, nem o Executivo tinha apresentado qualquer solução, qualquer relatório, qualquer diligência. Durante três (3) anos, não tinham apresentado o que quer que fosse e, tal como a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco tinha referido, tinham-se limitado a copiar de relatório para relatório, não existindo qualquer tomada de decisão. Eram pois aqueles os anos que considerava *“um gozo, só pode ser”* porque a Bancada do PSD intervinha, e se propunham soluções e não obtinham resposta, um (1) ano, dois (2) anos, três (3) anos, quatro (4) anos, o que poderiam considerar. Nos anos anteriores tinham tido discussões, abordado o assunto e tinham opiniões diferentes, divergentes, no entanto a partir daquela data, desde há quatro (4) anos, as questões que colocavam eram ignoradas.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** referiu que tinha estado em todas as assembleias municipais e relativamente àquele assunto recebiam sempre a informação da Presidente da Câmara Municipal e de todos os contactos e esforços que o Executivo Municipal tinha efetuado

no sentido de encontrar a solução junto do liquidatário. Apenas pretendia registar porque estavam ali e ouviam. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 155/2024/CM – CONTAS CONSOLIDADAS DE 2023 que foi aprovada por maioria com quinze (15) votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ângelo Filipe Silva Pereira, Carla Patrícia Maié Martins, Custódio Henrique Pereira Mestre, Elsa Maria Conceição Martins, Jorge Francisco da Silva, José Epifânio Martins da Graça; José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Nuno Leonel Gonçalves Mateus e Virgílio António da Horta, dez (10) votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, António Manuel Almeida Brito, Carlos Filipe Martins de Carvalho, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, Muriel Cristina Dias, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira e Sónia Margarida Correia Tomás e uma (1) abstenção da Deputada Municipal Anaísa Pera Gonçalves.-----

--- A Deputada Municipal Sónia Tomás procedeu à leitura da Declaração de Voto apresentada pelo PSD que se encontra em anexo à presente Ata como documento número dois: -----

---“Após análise da Proposta n.º 155/2024/CM, referente às contas consolidadas de 2023, consideramos o seguinte:-----

--- a) A proposta n.º 155/2024/CM, relativa às contas consolidadas, tem como base um documento técnico elaborado e estruturado, preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais;-----

--- b) No entanto, e uma vez mais, a presente proposta não merece o nosso voto favorável, considerando que não foram incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, tal como estipulado legalmente, os elementos contabilísticos da empresa municipal EMPET, EM, facto que inviabiliza um real conhecimento das contas de 2023, com a agravante da existência de processos judiciais que transitam do passado, com decisão desfavorável para a EMPET. Não obstante as várias insistências neste domínio, a situação já se arrasta há demasiado tempo, excede aquilo que consideramos por razoável e, perante este facto, o Município continua num caminho de desresponsabilização, sem que se vislumbre qual a forma de se resolver a questão com a devida eficácia;-----

--- c) Sublinhamos a preocupação demonstrada no Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, respeitante aos cerca de 18.000.000 euros em obras já executadas que

já deveriam ter sido transferidas para Ativos e iniciada a respetiva depreciação, pese o esforço da diminuição deste valor, face ao ano de 2022;-----

--- d) Por último, reforçar que não se encontram reconhecidos nas contas do Município de Tavira, os ativos referente ao acordo de concessão de serviços celebrado entre o Município de Tavira e a ERedes, referente à distribuição de energia elétrica de baixa tensão no Concelho, facto que não permite quantificar os impactos desta situação, nas demonstrações financeiras.-----

--- Face aos pontos indicados, não podemos concordar com a presente proposta e apresentamos a presente Declaração de Voto Vencido, relativamente à proposta n.º 155/2024/CM – Contas consolidadas de 2023.”-----

--- A Deputada Municipal Jovita Ladeira procedeu à leitura de Declaração de Voto apresentada pela Bancada do PS que se encontra em anexo à presente ata como documento número três.----

--- «O Grupo Parlamentar do PS entende que a situação que se tem vindo a desenrolar com o liquidatário da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M na sua relação com a Câmara Municipal e com a Assembleia Municipal, não é admissível. Relatórios e contas que não são apresentados, inviabilizam o Executivo de apresentar as contas consolidadas, como é aspiração de todos nós, o que é intolerável.-----

--- Apesar de todas as iniciativas desenvolvidas pela Câmara Municipal de Tavira, na pessoa da sua Presidente, e pela respetiva Assembleia Municipal estamos perante alguém que parece ignorar o dever legal que lhe assiste perante estes Órgãos do Poder Local.-----

--- Importa, no entanto, passar rapidamente pela História de Vida da EMPET. -----

--- Os ditados populares são sábios e este "O que nasce torto tarde ou nunca se endireita" assenta como uma luva à Empresa Municipal EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M.-----

--- A bancada do PS entende que nasce torta por variadas razões: -----

--- 1. A forma como se assistiu à criação da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., em 2002, foi polémica e deixou grandes dúvidas das razões da sua constituição. (Município de Tavira - 51%; AGETAV – Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A. – 47 %; Globalgarve – 2%);-----

--- 2. Não foi aclarado a conveniência da subtração da gestão direta da Câmara Municipal de Tavira para a Empresa Municipal, no propósito de melhor prossecução do interesse público. Concomitantemente estudos técnicos que demonstrassem a sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira e a comprovação do propósito de sua constituição não foram visíveis.-----

--- 3. O conselho de administração da EMPET em 2007 lança concurso para adjudicação da empreitada de “Execução de Infraestruturas da Área Industrial de Santa Margarida, em Tavira”, pelo valor de 6.148.745,41 €. Posteriormente adjudica, nesse mesmo ano, a obra por esse valor e

*não remete para fiscalização prévia, do Tribunal de Contas, no sentido de aferir a legalidade de todo os atos, processo e respetivo controle financeiro, cometendo uma grave ilegalidade. -----*

*--- 4. Obras e pagamentos foram sendo feitos sempre sem o controle público que lhes era exigível. -----*

*--- 5. A Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, expressa que as empresas municipais, como é o caso da EMPET, passaram a estar sujeitas à jurisdição, para além dos poderes de controlo financeiro do Tribunal de Contas. -----*

*--- Nestes pressupostos a transparência e idoneidade de todo o processo e gestão começaram a deixar sérias dúvidas e muitas incertezas.-----*

*--- Adite-se que se o objeto da constituição da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., teria sido impulsionar o desenvolvimento económico do concelho, na verdade isso não se verificou, os valores de venda dos lotes para instalação de empresas era superior ao valor de qualquer residência no mercado imobiliário e não houve incentivos para a instalação de Empresas. -----*

*--- Em 2009 a gestão PS na Câmara Municipal de Tavira recebe a EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., com um passivo de 12 Milhões de euros e processo litigioso com o Empreiteiro. ----*

*--- O executivo PS de uma forma esforçada assume a necessidade de resolver o imbróglio/trapalhada que recebeu:-----*

*--- Resolve as ilegalidades com o Tribunal de Contas; -----*

*--- Resolve o diferendo com o Empreiteiro; -----*

*--- Desenvolve Plano Promocional para o Parque Empresarial; -----*

*--- Aciona benefícios, disponíveis para todos os setores de atividade, nomeadamente incentivos fiscais, agilização dos processos burocráticos, financiamento e custos de instalação.-----*

*--- Entretanto a Lei nº 50/2012 "apertou" o funcionamento das Empresas Locais no que se refere ao controlo financeiro destinado a averiguar da legalidade da economia, eficiência e eficácia na sua gestão. A Lei prevê a dissolução das empresas locais caso se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo. -----*

*--- Neste quadro a EMPET encontra-se em processo de liquidação desde 2017. O liquidatário responde perante os sócios da Empresa ou seja, o Município de Tavira.-----*

*--- Neste contexto apresenta em 2020 o Relatório e Contas do Exercício de 2019, data a partir da qual deixa de prestar as contas anuais a que estava e está obrigado.-----*

*--- Apesar das diligências desenvolvidas pela Câmara Municipal de Tavira e pela Assembleia Municipal o Liquidatário ignora as solicitações e notificações efetuadas, logo, estamos perante uma situação de evidente desrespeito e incumprimento reiterado. -----*

*--- Incumprimento, dos deveres de liquidatário para com a empresa que representa, designadamente, os previstos no artigo 152.º do CSC, dos quais evidenciamos:-----*



--- *Ultimar os negócios pendentes;* -----

--- *Cumprir as obrigações da empresa;* -----

--- *Cobrar os créditos da empresa;*-----

--- *E incumprimento dos deveres de liquidatário para com os sócios, designadamente, o previsto no artigo 155.º CSC que refere que os liquidatários devem prestar, nos três primeiros meses de cada ano civil, contas da liquidação, as quais devem ser acompanhadas por um relatório pormenorizado do estado da mesma.*-----

--- *O PS entende que estes incumprimentos não são aceitáveis, já se arrastam há demasiado tempo, excedendo o que é razoável, e impedem o Executivo Municipal de incluir nas demonstrações financeiras consolidadas os elementos contabilísticos da Empresa Municipal EMPET.*-----

--- *O PS defende clareza, rigor, transparência e idoneidade na condução dos processos.*-----

--- *Decorrido o prazo legal para o encerramento da liquidação sem que tenha sido requerido o respetivo registo, a lei prevê que o serviço de registo competente promove oficiosamente a liquidação por via administrativa, cf. n.º 3 do artigo 150.º CSC, contudo, nenhuma diligência foi promovida neste sentido.*-----

--- *Mas, seguindo o ditado popular "O que nasce torto tarde ou nunca se endireita" é nosso propósito que mesmo tarde há caminhos para "endireitar" o que nasceu torto.*-----

--- *Porém, sem prejuízo das responsabilidades que lhe sejam imputáveis, a verdade é que a única penalização que a lei nos parece trazer a este tipo de comportamento é a possibilidade de destituição do liquidatário por deliberação dos sócios da empresa municipal, como dispõe o n.º 2 do artigo 151.º do CSC.*-----

--- *Face ao exposto, de forma a contribuir para a possível solução da questão, reconhecendo as preocupações legítimas apresentadas reiteradamente pelo PSD, o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Municipal de Tavira propõe:*-----

--- *1. A criação de uma Comissão Liquidatária constituída por:*-----

--- *a) um elemento, a designar pelo PS;*-----

--- *b) um elemento, a designar pelo PSD;*-----

--- *c) uma assessoria técnica, a designar pela Câmara Municipal de Tavira.*-----

--- *2. Que a indicação dos elementos desta Comissão Liquidatária seja apresentada no prazo de 90 dias.*-----

--- *3. Se pondere participar dos sucessivos incumprimentos legais dos deveres de Liquidatário, pedindo-se a sua condenação, em benefício da empresa municipal, pelos prejuízos decorrentes da gestão danosa promovida, nos termos do n.º 1 do artigo 77º do CSC.»*-----

---A Deputada Municipal Jovita Ladeira referiu que esperava, naturalmente, que houvesse abertura por parte da Bancada do PSD para que, junto dos respetivos líderes pudesse haver diálogo sobre aquele processo. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número seis da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 156/2024/CM – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TAVIRA – FESTAS DE VERÃO 2024. -----

---A Presidente da Câmara Municipal disse que como habitualmente o Município de Tavira apoiava financeiramente a realização das festas de verão nas freguesias do concelho. Assim, tinham por base os documentos dos anos transatos embora no corrente ano tivessem tentado trabalhar de forma diferente. -----

---Existiam duas questões: No corrente ano as quantias eram maiores para as freguesias da Conceição e Cabanas de Tavira e Santa Luzia porque eram as freguesias que para além da festa popular normal com o baile, os artistas e outros, tinham de alugar os *stands*. Há alguns anos atrás a Câmara Municipal dispunha de *stands* que emprestava sendo desmontados da Facarte para Santa Luzia e depois seguiam para Cabanas, no entanto, infelizmente, por motivos vários as tendas tinham-se degradado e estava, presentemente, a ser elaborado um procedimento para a aquisição de mais tendas. Assim, tinham inflacionado em vinte por cento (20 %) relativamente ao ano anterior à exceção de Cachopo que tinha tido um aumento superior passando a receber exatamente o mesmo que Santa Catarina da Fonte do Bispo e Santo Estevão e Luz de Tavira.-----

--- O critério para a atribuição daqueles valores tinha sido baseado no número de dias de festas e o número de festas que apoiavam. As festas que estavam a apoiar eram a festa de Santo Estevão e da Luz de Tavira, de Santa Luzia, a Festa dos Pescadores, de Cachopo, a Festa do Emigrante. A Junta de Freguesia de Cachopo tinha elencado um conjunto de festas, mas haviam algumas para o que já tinham dado outra forma de apoio e relativamente à Festa do Emigrante que acontecia em agosto, normalmente o apoio era dado ao Centro Paroquial sendo que não seria dado à Junta de Freguesia que já recebia aquele apoio para as festas. Tavira também recebia apoio, nomeadamente para a Festa da Senhora da Saúde, Conceição e Cabanas de Tavira para a Facarte, Santa Luzia para a Festa dos Pescadores e Santa Catarina da Fonte do Bispo para a Feira Franca. ---

--- Aquele apoio totalizava um valor de noventa e oito mil e quatrocentos euros (€98.400.00) com o incremento de vinte por cento (20 %) ao valor que tinham dado no ano anterior, atendendo a que os cachés eram mais altos, os palcos, aluguer de som, luzes, entre outros, eram mais caros, o que também sentiam no Município embora tivessem bastante material técnico. -----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco disse que corria o risco de se repetir. Desde o ano de 2021, quando tinham tomado posse, que a sua bancada batalhava na questão dos apoios às



freguesias. Pretendia lembrar, como tinha sido referido pelo seu colega Deputado Municipal Silvano Oliveira, que uma das competências daquela Assembleia Municipal, dos seus deputados, era precisamente acompanhar e fiscalizar a atividade municipal, ou seja, onde eram gastas as verbas resultantes dos impostos e, pegando nas palavras da Deputada Municipal Jovita Ladeira, o PS defendia a transparência e a clarificação, e bem, pois também o PSD defendia a transparência e a clarificação. Assim, naquela questão dos subsídios para as festas de verão, era-lhes apresentada uma proposta sendo que apenas a podiam comparar com os apoios atribuídos no ano anterior porque não contavam no orçamento e não havia um único *email* trocado entre as freguesias e o município, pelo que não dispunham de qualquer informação sobre um único processamento e, portanto, o que tinham vindo a propor era a criação de um regulamento municipal de atribuição de apoios, não apenas às freguesias mas também aos clubes, associações desportivas e culturais, e outras. -----

--- Terminou dizendo que considerava ser urgente e necessária a sua criação para que existisse a clarificação e transparência sobre em que eram gastos os dinheiros públicos. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que poderia fazer chegar as comunicações e os orçamentos remetidos pelas juntas de freguesia, o que a Câmara Municipal apoiava e quais as festas porque estava decidido na tarefa. De facto, o documento não tinha sido remetido, mas poderiam ter pedido e, se o entendessem poderia fazer chegar porque a ideia de que era tudo muito obscuro na Câmara Municipal, não correspondia à verdade. Queria deixar claro que todas as freguesias tinham remetido os seus orçamentos e toda a documentação solicitada, até de forma bastante detalhada com os cachés dos artistas, sendo que certamente que as pessoas ficariam surpreendidas com as verbas investidas nas festas pelas freguesias, porque a verba que apoiavam era muito pequena comparativamente ao que gastavam. -----

--- Já tinham debatido aquela questão no ano transato e não tinha quaisquer dúvidas que a competência para o apoio às freguesias, como para definir o liquidatário da EMPET, era da Assembleia Municipal e não do Executivo Municipal. Era a legislação que o estipulava, contudo se pretendessem delegar tudo na Presidente da Câmara Municipal, também o assumiria, prestando contas à Assembleia Municipal como já fazia. -----

--- Disse que não era daquela opinião, o que não queria dizer que não existissem casos em que havia regulamentos e podia informar que até estavam a trabalhar num *draft*, que já tinha recebido, do regulamento das associações culturais e já tinham em vigor um regulamento para as associações desportivas e, estavam a melhorar. -----

--- Na Assembleia Municipal a realizar no mês de setembro seria apresentada uma versão do novo regulamento. Quanto aos apoios eram elaborados relatórios sobre as atividades realizadas,

que eram apresentados à Câmara Municipal, estavam consultáveis no respetivo processo administrativo. Era pedida documentação, sendo os processos transparente e considerava que estavam bem documentadas.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que não tinham recebido nem um único orçamento sendo que apenas lhes tinha chegado a proposta da Câmara Municipal, uma folha frente e verso com os apoios a atribuir a cada freguesia e as respetivas declarações de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária.-----

--- Não tinham qualquer elemento das festas que seriam apoiadas.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que a Deputada Municipal já tinha recebido a informação há algum tempo pelo que poderia ter solicitado aquela informação aos serviços. Como já tinha referido não havia qualquer intenção de esconder nada e todas as freguesias tinham mandado o pedido de forma detalhada.-----

--- **O Deputado Municipal Silvino Oliveira** referiu que iria ser bastante assertivo, em primeiro lugar queria dirigir-se aos presidentes de junta de freguesia para os saudar pelas festas que desenvolviam, pelos orçamentos e dinheiros públicos que envolviam, que embelezavam e davam vida a todo o concelho.-----

--- Dirigindo-se à Presidente da Câmara Municipal, referiu que ela tinha dito que os presidentes de junta de freguesia geriam eles próprios as verbas, que tinha acabado de reconhecer o esforço e, por outro lado via a Câmara Municipal a apoiar, com o que concordava e votaria favoravelmente.-----

--- Relativamente ao regulamento concordava que era bom que existisse e a Presidente da Câmara Municipal tinha dito que estava a ser elaborado, pois se as associações culturais, os clubes desportivos e as freguesias tivessem um regulamento aprovado pela Assembleia Municipal, que podia ser revisto e proposto periodicamente pelo Executivo Municipal à Assembleia Municipal, cuja dicotomia não podiam esquecer, também serviria de instrumento que permitiria orientar de alguma forma o esforço de todas as associações e freguesias.-----

--- Concluiu dizendo que do ponto de vista da sua Bancada o regulamento era importante, não pretendendo discutir se estava ou não atrasado, mas esperava que estivesse terminado em breve e que contemplasse as freguesias.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** afirmou que o regulamento das associações nada tinha a ver com o regulamento para apoio às freguesias, eram questões completamente diferente, até porque as freguesias eram autarquias locais com autonomia e, portanto, os apoios que eram dados eram muito pontuais e normalmente definidos, balizados, de acordo com um orçamento que era apreciado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal.-----



--- Assim, entendia não ser necessário porque todo o processo era transparente. A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco tinha referido não ter informação, todavia podia tê-la pedido que lhe teriam feito chegar o relatório com a tramitação que seria muito mais perceptível, bem como todos os documentos que tinham recebido das juntas de freguesia e que tudo poderia ser consultável. --



--- O relacionamento que tinham com as juntas de freguesia era através de contratos interadministrativos e contratos de execução de delegação de competências sendo que o apoio para as festas e outras, eram questões pontuais, não existindo transferência de verbas entre a Câmara Municipal e as freguesias, o que considerava ser um processo talvez até mais transparente. -----

--- Relativamente ao processo cultural considerava ser uma necessidade já identificada há algum tempo pelo que estavam a trabalhar para que acontecesse. Desde o ano de 2010, que já tinham regulamento para o desporto, que seria visto e atualizado porque tendo catorze (14) anos havia alguns desfasamentos com outros que já tinha apresentado naquela Assembleia Municipal, até porque a legislação habilitante, por vezes, também se alterava, bem como a situação atual. -----

--- Percebia que tinha que haver processos mais transparentes, sendo o que estavam a fazer. Como tinha dito já tinha recebido um primeiro *draft* para começarem a trabalhar, a reunir, porque em Tavira existia um tecido associativo-cultural dinâmico, pelo que provavelmente faria sentido ter um processo mais participado, apelando à participação de todos para construir um regulamento com que todos se identificassem e que demonstrasse a transparência no uso do dinheiro público, que era o que todos pretendiam. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 156/2024/CM – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TAVIRA – FESTAS DE VERÃO 2024 que foi aprovada por unanimidade.** -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número sete da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 157/2024/CM – ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS MUNICIPAIS DE MÉRITO E DE BONS SERVIÇOS E DEDICAÇÃO previamente votada por escrutínio secreto, procedendo à leitura dos resultados:** -----

--- **Medalhas Municipais de honra da cidade:** -----

--- Guarda Nacional Republicana – vinte e quatro votos a favor e duas abstenções; -----

--- Polícia de Segurança Pública – vinte e quatro votos a favor e duas abstenções; -----

--- Polícia Marítima – vinte e um votos a favor, um voto contra e quatro abstenções; -----

--- **Medalha Municipal de Mérito – Grau Ouro:** -----

--- David da Silva Livramento – vinte e cinco votos a favor e uma abstenção; -----

--- **Medalha Municipal de Mérito – Grau Prata:** -----

--- Carlos André de Sousa Gomes – Título póstumo – vinte e quatro votos a favor e duas abstenções;-----

--- Sara Maria dos Mártires Gonçalves – Título póstumo – vinte e quatro votos a favor e duas abstenções;-----

--- Teresa Rita Lopes – vinte e um votos a favor e cinco abstenções;-----

--- Casa do Povo da Luz de Tavira – vinte e quatro votos a favor e duas abstenções;-----

--- Banda “Entre Aspas” – vinte e seis votos a favor;-----

--- Lais de Guia – Associação Cultural do Património Marítimo – vinte e quatro votos a favor, uma abstenção e um voto em branco;-----

--- **Medalha Municipal de Mérito – Grau Cobre:**-----

--- Amândio Silvério Tomás Clara – vinte quatro votos a favor e duas abstenções;-----

--- João José Gonçalves Gago – vinte e três votos a favor e três abstenções;-----

--- Fábio Alexandre Eugénio da Conceição – vinte e quatro votos a favor e duas abstenções;-----

--- David José Vieira Mestre – vinte e quatro votos a favor e duas abstenções;-----

--- José Maria Serrador Mestre – vinte e quatro votos a favor e duas abstenções;-----

--- Élio José Rodrigues Soares – vinte e quatro votos a favor e duas abstenções;-----

--- Paulo Jorge Sacramento Galhardo – vinte e quatro votos a favor e duas abstenções;-----

--- ADT – Associação Desportiva de Tavira – vinte e três votos a favor, um voto contra e duas abstenções;-----

--- Associação de Caridade Mãos de Ajuda – vinte e seis votos a favor;-----

--- Após apreciação da referida proposta, a Assembleia Municipal deliberou por maioria qualificada de dois terços aprovar a mesma, tendo-se procedido à votação por escrutínio secreto a distinção de cidadãos e associações de reconhecido mérito, nos termos do número 3 do artigo 55.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número oito da Ordem do Dia referente à PROPOSTA N.º 159/2024/CM – CONCURSO PÚBLICO – AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA TRANSPORTE ESCOLAR, BOMBEIROS (COMBATE A INCÊNDIOS) E APOIO AOS SERVIÇOS EM GERAL.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que há cerca de seis meses tinham apresentado na Assembleia Municipal um concurso público para a aquisição de viaturas sendo que vários lotes tinham ficado desertos naquele concurso, ninguém tinha concorrido, tendo sido necessário lançar outro procedimento de contratação, nomeadamente para os autocarros. Naquele procedimento que tinha o valor de oitocentos e trinta e três mil e quinhentos euros (€ 833.500,00) o que estavam a propor era a aquisição de dois (2) autocarros de dezanove (19) e vinte e cinco (25)



lugares respetivamente, quatro (4) viaturas ligeiras de passageiros, de nove (9) lugares que eram as carrinhas para transporte escolar, três (3) viaturas de passageiros, três (3) viaturas ligeiras elétricas para substituir algumas que tinham com alguma idade, três (3) viaturas ligeiras de mercadoria de caixa aberta para os trabalhadores dos armazéns, eletricidade e outros, uma (1) viatura ligeira de mercadorias, de caixa aberta mas com cabine dupla e um (1) veículo ligeiro de combate aos incêndios que também era uma necessidade dos Bombeiros Municipais e estava prevista no orçamento, pelo que a tinham acrescentado ao procedimento. -----

--- O que a Assembleia Municipal tinha para aprovar era a repartição de encargos, os plurianuais porque estavam a alargar o prazo de entrega das viaturas para que o concurso não ficasse deserto porque apesar dos interessados concorrerem por lotes ninguém tinha arriscado as penalidades ficando por isso o concurso deserto. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 159/2024/CM – CONCURSO PÚBLICO – AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA TRANSPORTE ESCOLAR, BOMBEIROS (COMBATE A INCÊNDIOS) E APOIO AOS SERVIÇOS EM GERAL que foi aprovada por unanimidade.**

--- Terminados os pontos em apreciação e votação, o Presidente da Assembleia Municipal disse que passavam ao período de intervenção do público agradecendo que as intervenções não ultrapassem os três minutos. -----

--- Tinha o Município Henrique Lopes da Luz de Tavira inscrito, mas pensava que o assunto já tinha sido respondido pela Presidente da Câmara Municipal e estava relacionado com o Parque de Campismo. -----

--- **Visto o Município Henrique Lopes já ter abandonado a sala passou a palavra ao município Joaquim Américo Fialho Anastácio que pretendia efetuar uma declaração pública.** -----

--- **O Município Joaquim Fialho Anastácio** disse que pretendia fazer uma declaração política. Em primeiro lugar, pretendia saudar todos os elementos que constituíam aquela Assembleia Municipal, designadamente a Presidência e a Presidência da Câmara, os Vereadores e os elementos das juntas de freguesia pelo trabalho que tinham vindo a realizar, sem ter receio de o afirmar, pelo trabalho que tinham andado a desenvolver nas suas, quer das freguesias, quer no Município em geral, em favor daqueles que bem precisavam daqueles trabalhos. -----

--- Ele, com alguma experiência que tinha da vida de autarca era por diversas ocasiões solicitado para várias comunicações e verificava que existiam, em muitas ocasiões, opiniões muito contraditórias. Bem sabia que, atualmente, o trabalho de autarca, como noutros tempos, era sempre um trabalho difícil. Recordava que, não há muitos anos, cerca de quarenta (40), quando tinha tido o privilégio de ter responsabilidades autárquicas havia muito pouca coisa. Lembrava-se de terem recebido da Câmara Municipal de Tavira, uma carrinha 4 L, que era o que existia como

veículo automóvel e servia para o senhor Trindade conduzir e fazer o serviço de fiscal das obras públicas. -----

--- As coisas tinham evoluído e atualmente as responsabilidades eram maiores pelo que queria fundamentalmente deixar ali uma saudação muito grande ao Executivo Municipal, aos vereadores do Executivo Municipal e a todos os membros da Assembleia Municipal, que nunca se arrependessem de fazer o trabalho que estavam a fazer. Sabia que era uma obra em curso, que criava muitos desencantos, pois tinha passado por aquela obra, porque Tavira praticamente não tinha água, os esgotos em Tavira iam para o Rio Gilão e ele tinha colocado pluviais. A Luz de Tavira não tinha água nem esgotos. Santo Estevão não tinha água nem esgotos, Santa Catarina não tinha água nem esgotos, Cachopo nem eletricidade, nem água, nem esgotos, nem ruas, e sabia muito bem o que era aquele trabalho e, por isso, tinha na sua consciência, sentia-se na obrigação, de estar numa Assembleia Municipal e dizer a todos, *“bem-hajam continuem, não desistam”*, sendo que o saneamento básico era dignificante para as obras de um autarca, por isso, pretendia saudar a todos e deixar ali a sua admiração e satisfação pelo empenhamento que os autarcas tinham tido na resolução daqueles problemas. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que tinham que aguardar um pouco pois estavam a completar a ata em minuta para proceder à sua leitura. -----

--- Agradeceu a presença de todos e todas as pessoas que tinham estado a assistir àquela Assembleia Municipal, que não tinha acabado ainda, porque ainda tinham de aprovar a ata em minuta. -----

--- Agradeceu aos serviços de apoio à Assembleia Municipal, funcionários da biblioteca, técnicos de som e imagem e informática. Agradeceu a todos os deputados municipais a presença e todos os que tinham colaborado para que a Assembleia Municipal decorresse da melhor forma possível.

--- **A Presidente Câmara Municipal** disse que enquanto aguardavam a elaboração da ata em minuta, queria fazer uma intervenção muito rápida. -----

--- Pretendia agradecer às voluntárias e aos trabalhadores do município que tinham estado a fazer as decorações para a rua e também a montá-las naquele mesmo dia, porque tinham tentado adiar a montagem devido às previsões de chuva e, portanto, queria agradecer a todos os que tinham feito horas extraordinárias e que tinham estado a trabalhar. Queria agradecer particularmente às voluntárias que tinham trabalhado durante seis meses para naquele dia, enfeitarem a cidade e a tornarem mais bonita para o Dia da Cidade. -----

--- Queria convidar todos a festejarem com eles os dias seguintes. Tinha recebido ali fotografias, o baile que decorria na baixa da cidade estava animado, existiam também as *“barraquinhas”* das

associações do concelho que tinham concorrido naquele ano cuja disposição estava ligeiramente diferente por força de intervenção na Rua do Cais. -----

--- Agradeceu ao senhor Cardoso que lhe tinha enviado os parabéns e obviamente queria convidar todos a se juntarem à programação daqueles dias em que atuariam os “Entre Aspas” no dia seguinte. Na véspera do Dia da Cidade teriam o Video Mapping, a Moura Encantada e, no dia 24, iriam juntar-se à parte mais solene, ao hastear das bandeiras, à sessão comemorativa e, obviamente, ao concerto de “Os Quatro e Meia” para finalizar. Reiterou os agradecimentos a todos, “Viva o São João” e “Viva Tavira”. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Presidente da Câmara Municipal e disse que pensava que a referência a todas as voluntárias e voluntários que trabalharam nos arranjos e a todos os funcionários da Câmara Municipal que tinham feito um trabalho excelente para montar todos aqueles artefactos de São João mereciam, e todos partilhavam da mesma opinião, que louvassem o trabalho daquelas pessoas e daquelas equipas. -----

--- **Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade.** -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** reiterou os agradecimentos a todos os que colaboraram para que fosse possível o funcionamento da Assembleia Municipal, a presença dos deputados municipais, do Executivo Municipal, incluindo os funcionários da biblioteca municipal, os técnicos de informática, de som e imagem e os serviços de apoio à Mesa. -----

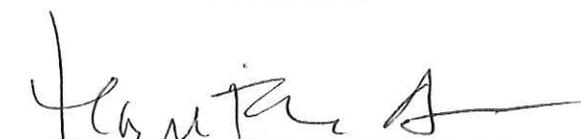
--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas zero horas e trinta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

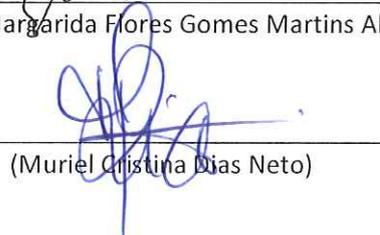


(José Manuel Madeira Guerreiro)

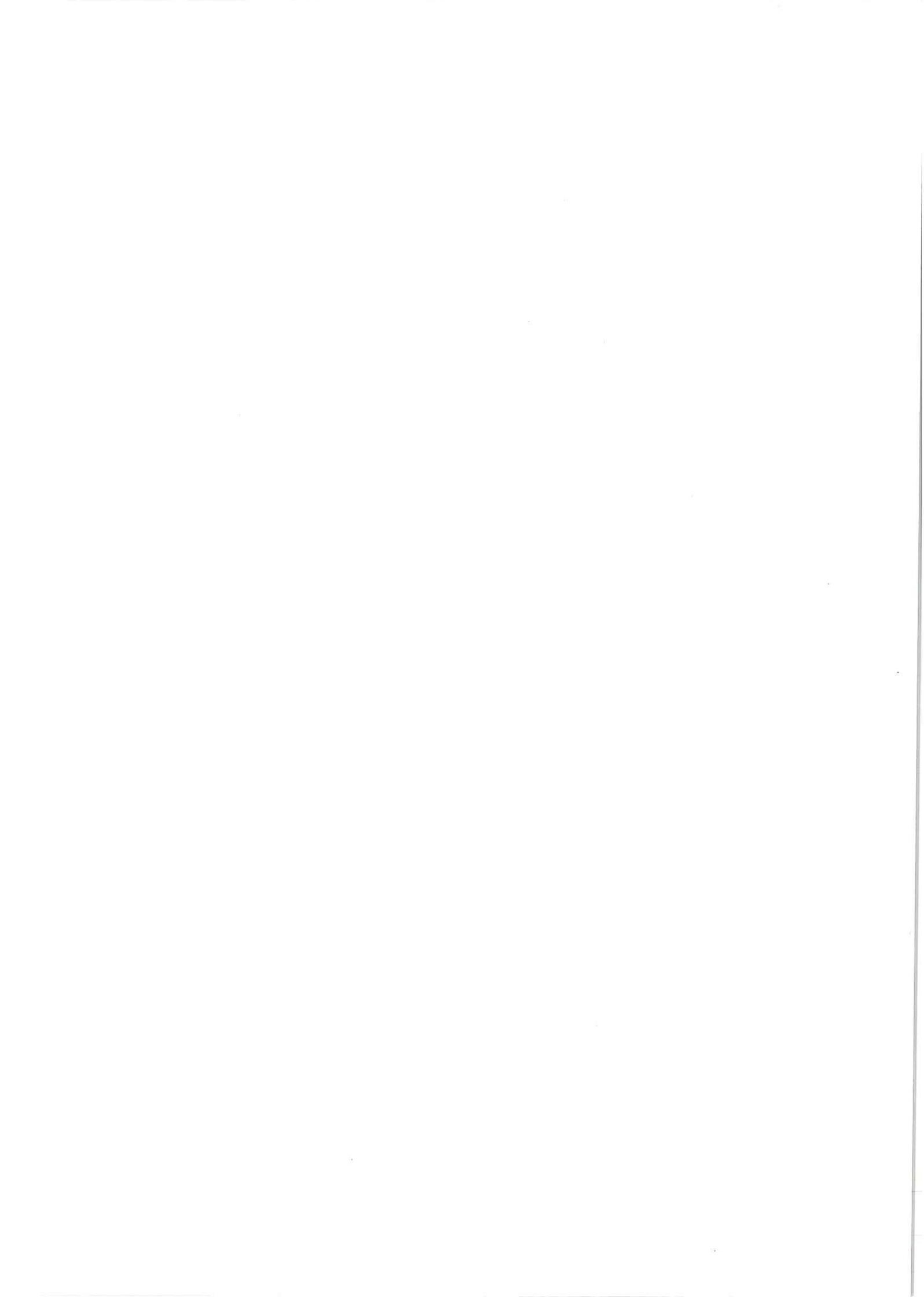
Os Secretários,



(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)



(Muriel Cristina Dias Neto)





PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira



## Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

### Voto de pesar pelo falecimento

de

### Júlio António Correia

Júlio Correia nasceu a 05 de Setembro de 1922 em Lisboa e faleceu no dia 28 maio de 2024 em Tavira, aos 101 anos de idade, tendo dividido a sua longa existência entre as artes de sapateiro, a música e a poesia.

Aos onze anos, depois de frequentar a instrução primária, começou a dar os primeiros passos a nível profissional. Foi entre as pancadas suaves nos sapatos e um cantar animado, que sempre acompanhava a sua tarefa, que o Maestro da Banda Musical de Tavira o convidou para ingressar no mundo da música. Flautim, saxofone soprano e tenor foram os vários instrumentos que tocou. De aprendiz, fez-se músico, chegando a ser, durante dois anos, regente da Banda Musical de Tavira, onde esteve cerca de vinte anos.

Paralelamente, integrou a Orquestra de Jazz Tavirense, tempos antes de fundar o grupo de baile "Terpsicor". Fundou ainda os grupos "Euterpe" (musa da música) e "Balsínia. Além destes grupos musicais fez parte, durante cerca de dez anos, juntamente com os seus filhos, do grupo "Os Únicos".

No princípio dos anos 80, foi regente do Grupo Coral de Vila Real de Santo António, para além de ter pertencido à Sociedade Orfeónica de Tavira, no papel de músico e ensaiador.



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Há cerca de vinte anos, fundou a Escola de Música de Acordeão de Tavira e entre 1990 e 1995, foi ensaiador e fez arranjos musicais para os festivais de música, promovidos pela Delegação de Tavira da Unicef.

Participou, diversas vezes, nas marchas de São João, como músico e compositor. No entanto, foi às charolas que mais tempo dedicou, onde durante 55 anos ensaiou e compôs.

A poesia também ocupou um lugar de destaque no percurso deste homem. Os jogos de palavras, as quadras e rimas fizeram parte da alma de artista de Júlio Correia.

Em 2003, o Município de Tavira distinguiu Júlio António Correia com a Medalha Municipal de Mérito – Grau Cobre, reconhecendo a sua dedicação à causa pública e ao bem comum, o espírito altruísta e empenho na preservação e valorização do património cultural imaterial, algo que continuou a praticar sem descanso transmitindo às novas gerações o gosto pela música e tradições e coligindo um precioso espólio documental com as “Pautas Musicais dos Ranchos Folclóricos de Tavira”, que integra o património municipal desde 2021.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 21 de junho de 2024, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Júlio António Correia.
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada e à Banda Musical de Tavira, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.



Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

**Assembleia Municipal de Tavira dia 21 de junho 2024**  
**Proposta n.º 155/ 2024/CM - Contas consolidadas de 2023**

**Declaração de Voto**

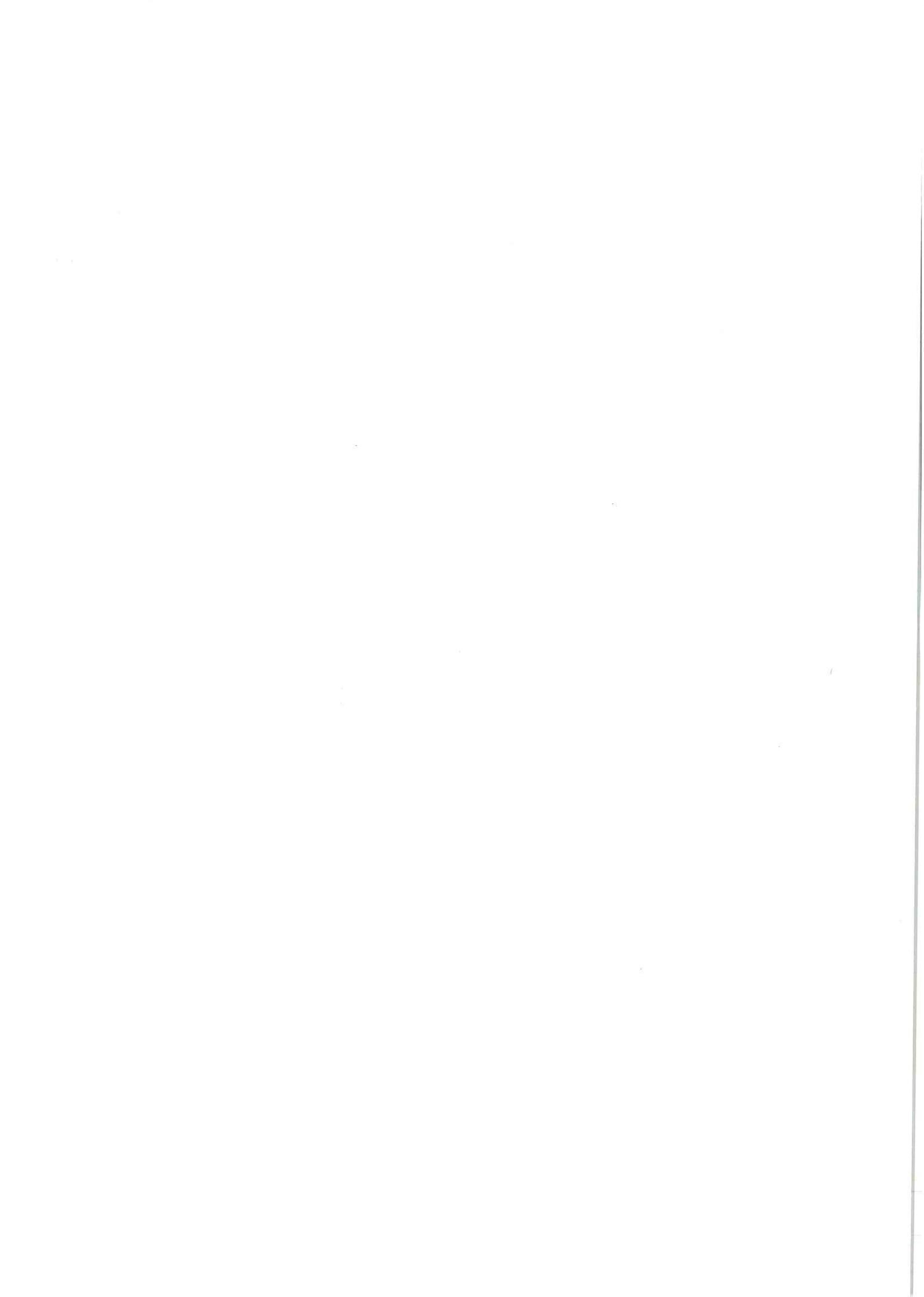
Após análise da Proposta n.º 155/2024/CM, referente às contas consolidadas de 2023, consideramos o seguinte:

- a) A proposta n.º 155/2024/CM, relativa às contas consolidadas, tem como base um documento técnico elaborado e estruturado, preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais;
- b) No entanto, e uma vez mais, a presente proposta não merece o nosso voto favorável, considerando que não foram incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, tal como estipulado legalmente, os elementos contabilísticos da empresa municipal Empet, EM, facto que inviabiliza um real conhecimento das contas de 2023, com a agravante da existência de processos judiciais que transitam do passado, com decisão desfavorável para a Empet. Não obstante as várias insistências neste domínio, a situação já se arrasta há demasiado tempo, excede aquilo que consideramos por razoável e, perante este facto, o Município continua num caminho de desresponsabilização, sem que se vislumbre qual a forma de se resolver a questão com a devida eficácia;
- c) Sublinhamos a preocupação demonstrada no Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, respeitante aos cerca de 18.000.000 euros em obras já executadas que já deveriam ter sido transferidas para Ativos e iniciada a respetiva depreciação, pese o esforço da diminuição deste valor, face ao ano de 2022;
- d) Por último, reforçar que não se encontram reconhecidos nas contas do Município de Tavira, os ativos referente ao acordo de concessão de serviços celebrado entre o Município de Tavira e a E-Redes, referente à distribuição de energia elétrica de baixa tensão no Concelho, facto que não permite quantificar os impactos desta situação, nas demonstrações financeiras.

Face aos pontos indicados, não podemos concordar com a presente proposta e apresentamos a presente Declaração de Voto Vencido, relativamente à proposta n.º 155/2024/CM – Contas consolidadas de 2023.

Tavira, 21 de junho de 2024

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)





PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

**EMPET- Parques Empresariais de Tavira, E.M.- Uma proposta de solução!**

O Grupo Parlamentar do PS entende que a situação que se tem vindo a desenrolar com o liquidatário da EMPET- Parques Empresariais de Tavira, E.M na sua relação com a Câmara Municipal e com a Assembleia Municipal, não é admissível. Relatórios e contas que não são apresentados, inviabilizam o executivo de apresentar as contas consolidadas, como é aspiração de todos nós, o que é intolerável.

Apesar de todas as iniciativas desenvolvidas pela Câmara Municipal de Tavira, na pessoa da sua Presidente, e pela respetiva Assembleia Municipal estamos perante alguém que parece ignorar o dever legal que lhe assiste perante estes Órgãos do Poder Local.

**Importa, no entanto, passar rapidamente pela História de Vida da EMPET .**

Os ditados populares são sábios e este "O que nasce torto tarde ou nunca se endireita" assenta como uma luva à Empresa Municipal EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M.

A bancada do PS entende que nasce torta por variadas razões:

1. A forma como se assistiu à criação da EMPET- Parques Empresariais de Tavira, E.M., em 2002, foi polémica e deixou grandes dúvidas das razões da sua constituição. (Município de Tavira - 51%; AGETAV – Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A. - 47%; Globalgarve – 2%).
2. Não foi aclarado a conveniência da subtração da gestão direta da Câmara Municipal de Tavira para a Empresa Municipal, no propósito de melhor prossecução do interesse público. Concomitantemente estudos técnicos que demonstrassem a sua viabilidade e sustentabilidade econômica e financeira e a comprovação do propósito de sua constituição não foram visíveis.



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

3. O conselho de administração da EMPET em 2007 lança concurso para adjudicação da empreitada de "Execução de Infraestruturas da Área Industrial de Santa Margarida, em Tavira", pelo valor de 6.148.745,41 €. Posteriormente adjudica, nesse mesmo ano, a obra por esse valor e não remete para fiscalização prévia, do Tribunal de Contas, no sentido de aferir a legalidade de todo os atos, processo e respetivo controle financeiro, cometendo uma grave ilegalidade.

4. Obras e pagamentos foram sendo feitos sempre sem o controle público que lhes era exigível.

5. A Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, expressa que as empresas municipais, como é o caso da EMPET, passaram a estar sujeitas à jurisdição, para além dos poderes de controlo financeiro do Tribunal de Contas.

Nestes pressupostos a transparência e idoneidade de todo o processo e gestão começaram a deixar sérias dúvidas e muitas incertezas.

Adite-se que se o objeto da constituição da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., teria sido impulsionar o desenvolvimento económico do concelho, na verdade isso não se verificou, os valores de venda dos lotes para instalação de empresas era superior ao valor de qualquer residência no mercado imobiliário e não houve incentivos para a instalação de Empresas.

*Em 2009 a gestão PS na Câmara Municipal de Tavira recebe a EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., com um passivo de 12 Milhões de euros e processo litigioso com o Empreiteiro.*

O executivo PS de uma forma esforçada assume a necessidade de resolver o imbróglio/trapalhada que recebeu:

- Resolve as ilegalidades com o Tribunal de Contas;
- Resolve o diferendo com o Empreiteiro;
- Desenvolve Plano Promocional para o Parque Empresarial;
- Aciona benefícios, disponíveis para todos os setores de atividade, nomeadamente incentivos fiscais, agilização dos processos burocráticos, financiamento e custos de instalação.

Entretanto a Lei nº 50/2012 "apertou" o funcionamento das Empresas Locais no que se refere ao controlo financeiro destinado a averiguar da legalidade da economia, eficiência e eficácia na sua gestão. A Lei prevê a dissolução das



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

empresas locais caso se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

Neste quadro a EMPET encontra-se em processo de liquidação desde 2017. O liquidatário responde perante os sócios da Empresa ou seja, o Município de Tavira.

Neste contexto apresenta em 2020 o Relatório e Contas do Exercício de 2019, data a partir da qual deixa de prestar as contas anuais a que estava e está obrigado.

Apesar das diligências desenvolvidas pela Câmara Municipal de Tavira e pela Assembleia Municipal o Liquidatário ignora as solicitações e notificações efetuadas, logo, estamos perante uma situação de evidente desrespeito e incumprimento reiterado.

Incumprimento, dos deveres de liquidatário para com a empresa que representa, designadamente, os previstos no artigo 152.º do CSC, dos quais evidenciamos:

- Ultime os negócios pendentes;
- Cumprir as obrigações da empresa;
- Cobrar os créditos da empresa;

E incumprimento dos deveres de liquidatário para com os sócios, designadamente, o previsto no artigo 155.º CSC que refere que os liquidatários devem prestar, nos três primeiros meses de cada ano civil, contas da liquidação, as quais devem ser acompanhadas por um relatório pormenorizado do estado da mesma.

O PS entende que estes incumprimentos não são aceitáveis, já se arrastam há demasiado tempo, excedendo o que é razoável, e impedem o Executivo Municipal de incluir nas demonstrações financeiras consolidadas os elementos contabilísticos da Empresa Municipal EMPET.

O PS defende clareza, rigor, transparência e idoneidade na condução dos processos.

Decorrido o prazo legal para o encerramento da liquidação sem que tenha sido requerido o respetivo registo, a lei prevê que o serviço de registo competente promove oficiosamente a liquidação por via administrativa, cf. n.º 3 do artigo 150.º CSC, contudo, nenhuma diligência foi promovida neste sentido.



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Mas, seguindo o ditado popular "O que nasce torto tarde ou nunca se endireita" é nossa propósito que mesmo tarde há caminhos para "endireitar" o que nasceu torto.

Porém, sem prejuízo das responsabilidades que lhe sejam imputáveis, a verdade é que a única penalização que a lei nos parece trazer a este tipo de comportamento é a possibilidade de destituição do liquidatário por deliberação dos sócios da empresa municipal, como dispõe o n.º 2 do artigo 151.º do CSC. Face ao exposto, de forma a contribuir para a possível solução da questão, reconhecendo as preocupações legítimas apresentadas reiteradamente pelo PSD, o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Municipal de Tavira propõe:

1. A criação de uma Comissão Liquidatária constituída por:
  - a) um elemento, a designar pelo PS;
  - b) um elemento, a designar pelo PSD;
  - c) uma assessoria técnica, a designar pela Câmara Municipal de Tavira.
2. Que a indicação dos elementos desta Comissão Liquidatária seja apresentada no prazo de 90 dias.
3. Se pondere participar dos sucessivos incumprimentos legais dos deveres de Liquidatário, pedindo-se a sua condenação, em benefício da empresa municipal, pelos prejuízos decorrentes da gestão danosa promovida, nos termos do n.º 1 do artigo 77º do CSC.

O Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Municipal de Tavira